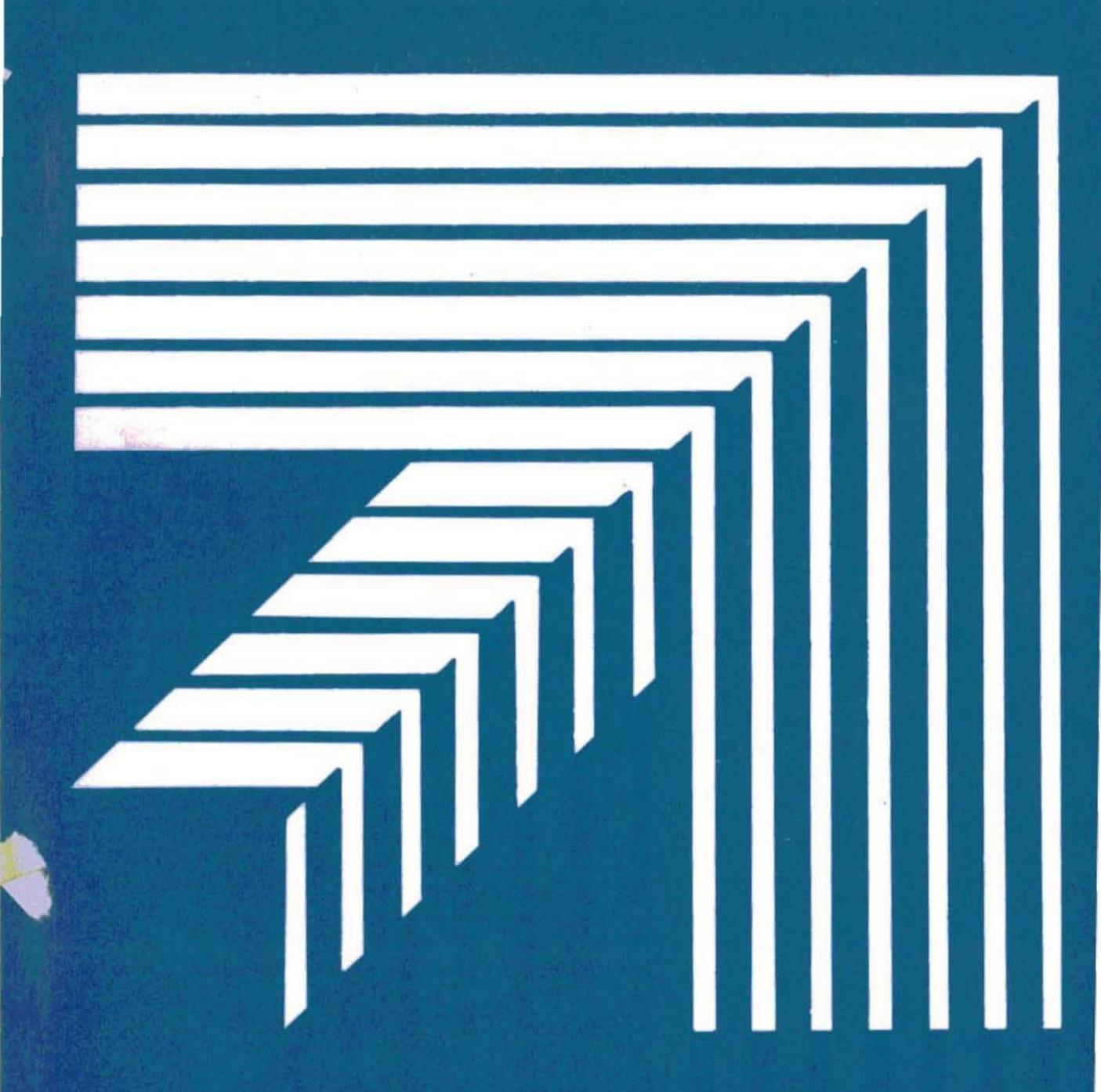
# convergência

JUN - 1987 - ANO XXII - Nº 203



- RELIGIOSOS NA IGREJA PARTICULAR Dom Walfredo B Tepe, OFM — pagina 266
- O DESAFIO DO NOVO MOMENTO SÓCIO-POLÍTICO NACIONAL PARA A VIDA RELIGIOSA — Pe. Pedrinho A. Guareschi, CSSR — pág. 296
- PERSPECTIVA PAULINA DA ORAÇÃO CRISTÃ
   Pe Marcello de Carvalho Azevedo, SJ página 315

#### CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil: CRB



Diretor-Responsável: Ir. Claudino Falguetto, FMS

Redator-Responsável: Padre Marcos de Lima, SDB (Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação: Pe. Ático Fassini, MS Pe. Cleto Caliman, SDB Ir. Delir Brunelli, CF Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração: Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JA-NEIRO — RJ

#### Assinaturas para 1987

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

#### Nossa capa

Uma seta como símbolo. A semiologia é o estudo dos sistemas não verbais com a finalidade de suplementar a comunicação verbal, escrita ou falada, e/ou exercê-la de modo independente. Está voltada, sobretudo, para os signos da cultura. O signo é um objeto material chamado significante e que não inte-

ressa por suas propriedades materiais mas como algo a que corresponde um investimento semântico, o significado. Das relações entre significante e significado, assim entendidos, sobreleva uma variedade fundamental de signo, o símbolo, que opera por contigüidade instituída entre ambos, não obstante a recíproca heterogeneidade. Um dos significados culturais do signo-símbolo de nossa capa é este: seta é o que anda com rapidez. Seta é o que mostra direção. A partir desta perspectiva semiológica, CONVERGENCIA quer poder ser, em 1987, como nos anos anteriores, uma parte significativa do múltiplo sistema verbal escrito de comunicação da Conferência dos Religiosos do Brasil e, como sua linguagem simbólica, irredutível, portanto, à materialidade do significante, ajudar na escolha da direção e da velocidade da Vida Religiosa daqueles que vivem e trabalham na Igreja do Brasil. CONVERGENCIA, como SETA, quer desfazer dúvidas. Orientar. Confirmar opções. Dar segurança. Fazer avançar. Acelerar na marcha. Apressar o futuro. Permanecer firme, a despeito da movimentação envolvente ao redor. Deus abençoe e confirme nossos propósitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

#### SUMÁRIO

EDITORIAL	257
UM ANO MARIANO Mensagem do Papa	259
INFORME DA CRB	263
RELIGIOSOS NA IGREJA PARTICULAR Dom Walfredo B. Tepe, OFM	266
SACROSANCTUM CONCILIUM: CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO DE CRISTÓ E DA IGREJA A 20 ANOS DO VATICANO II Frei Alberto Beckhäuser, OFM	281
O DESAFIO DO NOVO MOMENTO SOCIO-POLÍTICO NACIONAL PARA A VR Pe. Pedrinho A. Guareschi, CSSR:	296
PERSPECTIVA PAULINA DA ORAÇÃO CRISTĀ Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	315

# EDITORIAL

O terceiro milênio da era cristã vai desenhando, lenta mas fortemente, seu perfil no horizonte do tempo.

Todo fim de século e fim de milênio foram, ordinariamente, ocasião do despertar de temores atávicos, apocalípticos, em mentes quiçá ingênuas. Em sombrias zonas do subconsciente da humanidade provavelmente se encontram explicações para esse fenômeno.

O homem atual, moderno ou já "pós-moderno", porém, pretende sentir-se em forma para exorcisar de sua consciência vãos temores, fantasmas inúteis, de configuração irracional. Afirma viver em outro "astral", em outra esfera, não-ingênua, racional, calculista, computadorizada.

Temores, no entanto, surgem, e graves. A possibilidade de fracasso sempre existe e encontra pé nas águas oceânicas do atual processo industrial e do sucesso científico, ou dos sistemas político-sócio-econômicos que fazem da pessoa humana objeto de uso descartável.

Outros tipos de "fantasmas" rondam pois, o anoitecer do século XX, atemorizando não o subconsciente coletivo mas as consciências sensatas e despertas: a sempre possível e aterradora guerra atômica, ou a guerra nas estrelas, a indisfarçável poluição

ambiental, os ainda mal conhecidos sucedâneos mortiferos da evolução científico-industrial, os incalculáveis riscos decorrentes da manipulação genética, a fome, o desemprego, o analfabetismo... Não são eles figuras literárias. São antes, "fantasmas" muito concretos, de nome e perfil conhecidos, a subtrair o sono da humanidade nesse final de milênio.

Terá o homem, condições de eliminá-los? Terão os responsáveis, sincera determinação de exorcisá-los? Viverá a humanidade a era de paz e solidariedade efetiva, na aproximação sempre maior do NOVO significado pelo Reino de Deus?

Santamente preocupado, JOÃO PAULO II convoca um ANO MARIANO que se abre na festa do Pentecostes de 1987 e concluirá na festa da Assunção em 1988. Por ele o Papa convoca os cristãos e os homens de boa vontade para um momento forte de oração e reflexão em vista do terceiro milênio.

Dentro desse parâmetro da fé cristã — Espírito Santo e Maria —, o Povo de Deus é convidado a se deixar impregnar pelo Espírito que liberta e faz novas todas as coisas, e fez de Maria a Mãe da nova humanidade em Cristo. Nele, o Espírito do Cristo, se encontram a fortaleza, a luz e a sabedoria para a construção

do NOVO por todos esperado. Ele é o caminho para que se renove a face dessa terra, desse homem e dessa sociedade que ali estão.

CONVERGÊNCIA apresenta a seus estimados leitores:

- "Religiosos na Igreja Particular", por Dom WALFREDO B. TEPE, OFM, Bispo de Ilhéus. É o texto de palestra proferida no I Encontro Latino-americano de Bispos e Religiosos, em Bogotá, de 26 a 31 de agosto de 1986. Partindo de sua experiência pessoal de Religioso e Bispo, Dom Tepe aqui desenvolve uma sugestiva reflexão.
- "Sacrosanctum Concilium: celebração do mistério de Cristo e da Igreja a 20 anos do Vaticano II", de Frei ALBERTO BE-CKAUSER, OFM. Assessor da CNBB para assuntos de Liturgia, Frei Alberto apresenta um retrospecto da caminhada vivida pela Igreja em sua Liturgia, nos últimos vinte anos. Partindo da memória de vivências pessoais nesse período, elabora reflexões teológicas em torno do tema, e aponta caminhos para os Religiosos, em relação à Liturgia como celebração da vida de Cristo na vida de seu povo.
- "O desafio do novo momento sócio-político nacional para a Vida Religiosa", de Pe. PEDRI-NHO GUARESCHI, CSSR. O autor é assessor da CNBB para a Linha 6 do Plano de Pastoral de Conjunto, a da dimensão profética e transformadora. E tem especialização em Sociologia. Aqui faz uma pertinente análise do momento nacional, e conclui com alguns desafios lançados à Vida Religiosa para que, guiada pelo Espírito, sirva sempre os irmãos pobres, trabalhadores e explorados.
- "Perspectiva paulina da oração cristã", de Pe. MARCEL-LO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ. Na sequência de reflexões que o autor faz e CONVERGÊN-CIA publica, essa é a terceira. Nela Pe. Marcello assinala "três linhas de força na perspectiva paulina sobre a oração cristã": a oração enquanto abertura para o mistério de Deus; a oração enquanto abertura também para o mistério do homem; a oração em seu contexto teologal de fé, esperança e amor. "Nas Epistolas, estes três planos ou dimensões estão sempre mutuamente envolvidos".

Pe. Atico Fassini, MS

#### O que é o mistério?

Leia na página 283, na coluna da direita, uma resposta pouco comum. Leia, também, as páginas 315-317. A resposta se reitera em luminosa ampliação de detalhes.

# DE PENTECOSTES DE 1987 À ASSUNÇÃO DE 1988, UM ANO MARIANO NO CAMINHO PARA O TERCEIRO MILÊNIO

João Paulo II Roma, Itália

A celebração de um Ano Mariano e a publicação de uma Encíclica
dedicada a Nossa Senhora foram
anunciadas por João Paulo II durante a Santa Missa celebrada na
Basílica de São Pedro, no dia 1 de
Janeiro, solenidade da Santíssima
Mãe de Deus e XX Dia Mundial da
Paz, Este é o texto da homília pronunciada pelo Papa:

1. "Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o Seu Filho..." (Gál 4,4).

Saudamos-te, plenitude dos tempos, que o eterno Filho de Deus trouxe e realizou na história da criação, tornando-se homem.

Saudamos-te, plenitude dos tempos, da qual emerge hoje, segundo a medida do humano transcorrer, o Ano Novo.

Homilia, na Basílica de São Pedro, a 1.º de janeiro de 1987, Solenidade da Mãe de Deus e Dia da Paz. In L'OSSERVATORE ROMANO, 11 de janeiro de 1987, p.1.

Saudamos-te, Ano do Senhor de 1987, no limiar dos teus dias, das tuas semanas e meses.

Saúda-te a Igreja do Verbo Encarnado no meio da grande família das nações e dos povos.

Saúda-te a Igreja, ao pronunciar sobre ti a bênção do Deus da Aliança:

"Que o Senhor te abençoe e te proteja!

Que o Senhor faça resplandecer a Sua face sobre ti e te seja benevolente! Que o Senhor dirija o Seu olhar para ti e te conceda a paz!" (Nm 6, 24-26).

2. "Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o Seu Filho...".

Nós te saudamos, Ano Novo, no coração mesmo do mistério da Encarnação, no qual adoramos o Filho de Deus que se fez carne para nós.

Nós Vos saudamos, Filho da mesma substância do Eterno Pai, que viestes a nós na plenitude dos tempos, "para que recebêssemos a adoção de filhos" (Gál 4, 5).

Nós Vos saudamos na vossa humanidade, Filho de Deus, nascido de Mulher, tal como cada um de nós, filhos humanos, é nascido de mulher.

Nós Vos saudamos na humanidade de cada um dos homens em toda a riqueza e variedade das tribos, nações e raças, línguas, culturas e religiões.

Em Vós, Filho de Maria, em Vós Filho do Homem, nós somos filhos de Deus.

Este primeiro dia do Ano Novo, desejamos celebrá-lo, juntamente com a Oitava do Natal, como solenidade universal dos homens na plenitude da sua dignidade humana.

Desejamos celebrar este dia, graças à vossa obra, como "filhos no Filho". Viestes "para trazer à unidade os filhos de Deus que andavam dispersos" (Jo 11, 52). Vós sois o nosso Irmão e a nossa Paz.

3. "Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou aos nossos corações o Espírito do seu Filho que clama: Abbá, Pai!" (cf. Gál 4, 6).

Fostes Vós que chamastes assim. Vós, Filho: Assim dissestes nos momentos de fervor e nos momentos de aniquilamento.

E Vós, Filho da mesma substância do Pai, nos ensinastes a dizer assim: encorajastes-nos a dizer juntamente Convosco: "Pai nosso".

E, embora na nossa humanidade não encontremos a justificação, Vós nos destes, na unidade com o Pai, o vosso Espírito "que é Senhor e dá a vida" (Dominum et Vivificantem), a fim de que possamos dizer "Abbá, Pai", com toda a verdade interior dos nossos corações. Com efeito, o Espírito do Filho foi enviado aos nossos corações. O Espírito do Filho nos plasmou de novo, a partir da raiz mesma da nossa humanidade, da nossa natureza humana, como "filhos no Filho".

4. Portanto, somos filhos, não escravos. Somos herdeiros por vontade de Deus.

Hoje, no início do Ano Novo desejamos reconfirmar esta herança universal de todos os filhos e de todas as filhas desta terra.

Todos são chamados à liberdade. No contexto dos tempos em que vivemos, a Igreja confirmou, uma vez mais, a verdade sobre a "liberdade cristã e a libertação", como fundamento da justiça e da paz (cf. Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé, 22.3.1986).

O Espírito do Filho que o Pai envia incessantemente aos nossos corações, brada constantemente: "Portanto, já não és servo, mas filho; e, se és filho, também és herdeiro, pela graça de Deus" (Gál 4,7).

5. "Ao chegar a plenitude dos tempos, Deus enviou o Seu Filho, nascido de mulher". Mediante a Mãe de Deus.

Hoje celebra-se a sua Solenidade principal. Ela, a Mulher, dá o primeiro testemunho materno da dignidade humana do Filho de Deus.

Ele nasceu d'Ela.

Ela é a sua Mãe.

Hoje vemo-la em Belém, enquanto acolhe os pastores.

O oitavo dia depois do nascimento, ao cumprir-se o rito vétero-testamentário da circuncisão, Ela dá o nome ao Menino. E este é o nome: Jesus, um nome que fala da salvação realizada por Deus. Esta salvação é trazida pelo seu Filho. Jesus quer dizer "Salvador". Assim foi chamado o Filho de Maria no momento da Anunciação, no dia em que Ele foi concebido no seu seio. E assim é agora chamado por Ela diante dos homens.

A dignidade humana do Filho de Deus exprime-se neste nome. Como homem Ele é Salvador do mundo. A sua Mãe é Mãe do Salvador.

6. "Salve, ó cheia de graça, o Senhor está contigo..." (Lc 1,28).

Tu és feliz porque acreditaste... (cf. Lc 1, 45). Acreditaste no momento da Anunciação. Acreditaste na noite de Belém. Acreditaste no Calvário. Avançaste na peregrinação da fé e conservaste fielmente a tua união com o Filho, Redentor do mundo (cf. Lumen Gentium, 58). Assim te viram as gerações do Povo de Deus sobre a terra inteira. Assim te apresentou, ó Bem-aventurada Virgem, o Concílio do nosso século.

A Igreja fixa o seu olhar em Ti como seu próprio modelo. Fixa-o em particular neste período em que ela se dispõe a celebrar o advento do terceiro milênio da era cristã. Para se preparar melhor para este acontecimento, a Igreja dirige o seu olhar a Ti, que foste o instrumento providencial de que o Filho de Deus se serviu para se tornar Filho do homem e para dar início aos tempos novos. Com este intento ela quer celebrar um especial Ano dedicado a Ti, um Ano Mariano, que, iniciando no próximo Pentecostes, se concluirá, no ano sucessivo, com a grande festa da tua Assunção ao Céu. Um ano que todas as dioceses celebrarão com particulares iniciativas, em ordem a aprofundarem o Teu mistério e a favorecerem a devoção a Ti num renovado empenho de adesão à vontade de Deus, segundo o exemplo oferecido por Ti, Serva do Senhor.

Tais iniciativas poderão frutuosamente enquadrar-se no contexto do ano litúrgico e na "geografia" dos Santuários, que a piedade dos fiéis elevaram a Ti, ó Virgem Maria, em todas as partes da terra.

Nós desejamos, ó Maria, que Tu resplandeças no horizonte do advento dos nossos tempos, enquanto nos aproximamos da etapa do terceiro milênio depois de Cristo. Desejamos aprofundar a consciência da tua presença no mistério de Cristo. Para tanto, o presente Sucessor de Pedro que a Ti confia o seu ministério entende proximamente dirigir-se aos seus Irmãos na fé com uma Carta Encíclica, dedicada a Ti, Virgem Maria, inestimável dom de Deus à humanidade.

- 7. Feliz de Ti que acreditaste!
- O Evangelista fala de Ti, dizendo: "Quanto a Maria, conservava todas estas coisas, ponderando-as no seu coração" (Lc 2, 19).

Tu és Memória da Igreja!

A Igreja aprende de Ti, Maria, que ser Mãe quer dizer ser uma viva memória, isto é, "conservar e meditar no coração" as vicissitudes dos homens e dos povos; as vicissitudes alegres e as dolorosas.

Entre tantas vicissitudes desejamos no ano de 1987 reevocar à memória da Igreja o 600.º aniversário do Batismo da Lituânia tornandonos com a oração vizinhos aos Irmãos e Irmãs, que há tantos séculos perseveram unidos a Cristo na fé da Igreja.

E quantas outras vicissitudes ainda, quantas esperanças, mas também quantas ameaças, quantas alegrias mas também quantos sofrimentos..., às vezes quão grandes sofrimentos! Devemos todos, como Igreja, conservar e meditar no coração estas vicissitudes. Tal como a Mãe. Devemos aprender cada vez mais de Ti, Maria, como ser Igreja nesta passagem de milênios.

8. No limiar do Ano Novo, o senvolvimen Bispo de Roma, ao abraçar neste cure a paz.

Sacrifício Eucarístico todas as Igrejas no mundo, reunidos na universal comunhão católica

- e todos os amados Irmãos cristãos que procuram juntamente connosco as vias da unidade,
- e todos os seguidores das religiões não cristãs,
- e, sem excepção, todos os homens de boa vontade em toda a terra,

clama, do túmulo de São Pedro, com as palavras da Liturgia:

"Que o Senhor nos abençoe e nos proteja. O Senhor faça resplandecer a Sua face sobre nós

e nos seja benevolente!...

nos conceda a paz!" (cf. Nm 6, 24-26).

1987 seja um ano em que a humanidade ponha finalmente de parte as divisões do passado; um ano em que, na solidariedade e no desenvolvimento, todo o coração procure a paz.

#### Formas diferentes de uma só caridade

1. Há momentos em que é indispensável socorrer de imediato o irmão necessitado. É a caridade assistencial. 2. Esta caridade se torna mais eficiente quando se procura promover a pessoa, criando condições para que ela mesma satisfaça as suas necessidades. É a caridade promocional. 3. Numa situação, como a nossa, onde as estruturas são de pecado, torna-se necessário, respeitando as exigências da justiça, uma caridade que leve à mudança das estruturas, através da organização dos oprimidos e de quem lhes são solidários. É a caridade libertadora. Onde Você está, Religioso(a), nesta tríplice feição de uma só caridade?

## INFORME

#### CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

# I ENCONTRO DE JORNAIS E REVISTAS CATÓLICOS

Em SÃO PAULO, de 6 a 8 de fevereiro de 1987, aconteceu, sob os auspicios da UNIÃO CATÓLICA LATINO-AMERICANA DE IMPRENSA (UCLAP) e do Setor de Comunicação da CNBB, o I ENCONTRO DE JORNAIS E REVISTAS CATÓLICOS do Brasil.

- O Encontro teve como objetivos:
- ... o mútuo conhecimento;
  - um posicionamento face às Diretrizes Pastorais da Igreja no Brasil, no sentido de se conhecer, assumir e aprofundar a concretização dessas mesmas Diretrizes através de nossos meios de comunicação;
  - um levantamento de temas fundamentais relativos à Constituinte, e análise de alguns aspectos de seu tratamento em nossos meios de comunicação.

Além de D. David Picão, Bispo de Santos e Responsável pelo Setor de Comunicação na CNBB, estiveram presentes Irmã Maria Alba, de mesmo Setor da CNBB, Frei Clarêncio Neotti, OFM, Presidente da UCLAP, e Ismar de Oliveira Soares, Presidente da UNIÃO CRISTÃ BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO (UCBC).

Mais de trinta órgãos de comunicação, entre revistas e jornais católicos, se fizeram representar. A revista CON-VERGÊNCIA, da CRB Nacional, também esteve presente, dada sua importância como veículo de comunicação, animação e promoção da Vida Religiosa no Brasil.

Trabalhos de grupos e plenário tomaram a maior parte do espaço do Encontro. Duas palestras deram destaque
ao evento: — uma, de Frei Leonardo
Boff, OFM, sobre "Que tipo de comunicação para que tipo de Igreja e Sociedade?", e outra, do Deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio, sobre
a Constituinte.

Diversas conclusões práticas foram assumidas pelos participantes:

- solicitação à CNBB, de uma Campanha da Fraternidade, em 1989, sobre Comunicação, e de um painel sobre esse tema, na Assembléia da CNBB em 1988;
- organização de Encontro anual de Revistas e Jornais Católicos;
- maior intercomunicação entre todos;
- utilização e realimentação do telex da CNBB, em termos de notícias, para maior, mais rápida e mais objetiva comunicação;
- organização, pela UCBC, de cursos de capacitação dos quadros de pessoal de nossos veículos de comunicação;
- utilização de serviços de informação a serem prestados pelas

Rádios Aparecida, Difusora de Goiânia e jornal O Santuário de Aparecida, os quais, em conexão com a CNBB, acompanharão de perto, durante o ano de 1987, os trabalhos da Constituinte;

- incentivo à introdução de curso de Comunicação e Pastoral nos Seminários e Institutos Superiores, no Brasil;
- assumir e veicular, em comunhão com a Igreja e através de nossos meios de comunicação, a opção preferencial pelos pobres;
- estudar a possibilidade da organização de uma agência de notícias e de um órgão de comunicação nacionais, confiáveis, ligados à Igreja, para a formação da grande opinião pública em relação ao pensamento cristão.

Dom Ivo Lorscheiter, Bispo de Santa Maria e Presidente Nacional da CNBB, o Sr. Núncio Apostólico no Brasil, e Dom John P. Foley, Presidente da Pontifícia Comissão para as Comunicações Sociais, enviaram mensagens de incentivo aos participantes do Encontro.

A CRB, em sua XIV AGO, estabeleceu entre suas Linhas de Ação para o triênio 1986-1989, uma relativa aos Meios de Comunicação Social: incentivar os Religiosos à leitura crítica e utilização profética dos MCS dado o papel que estes desempenham na sociedade atual.

Em atitude de coerência com essa diretiva, a CRB se fez presente a esse Encontro para assim, desencadear outras iniciativas com esse mesmo objetivo.

Pe. Atico Fassini, MS

#### 50 ANOS DE CAMINHADA NO BRASIL DAS IRMÁS ADORADORAS DO SANGUE DE CRISTO: 1936-1986

Provincia das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo em Schaan, Liechtenstein, 1934. Estava sendo construída a nova Casa Mãe. Não havia dinheiro e com a licença do Bispo, as Irmãs passaram a angariar donativos. Irmã Bernharda Horak durante dois anos andou junto com outra Irmã como uma mendiga, batendo às portas dos endereços indicados na Suíça; molhadas, com frio, suadas, com fome, com sede, cansadíssimas, com sapatos furados, calos nos pés e mais dificuldades, iam em frente recebendo a ajuda que as pessoas se dispunham conceder-lhes.

Casas estavam sendo abertas na Europa, e aliando-se à pobreza de recursos materiais havia a pobreza de recursos humanos; poucas Irmãs para assumir os vários trabalhos nessas casas.

Em meio a esses problemas vem às mãos da Provincial, Irmã Paulina Schneeberger um apelo do país longínquo do Brasil, da parte do Administrador Apostólico da Prelazia do Xingu, Monsenhor Clemente Geiger, C.PP.S., no sentido de que se enviassem irmãs para abrir uma missão nessa área do Xingu, Estado do Pará. A comunidade das Adoradoras se sensibilizou muito; nem mesmo as dificuldades que atravessavam esfriou seu entusiasmo missionário. Diante disso tomaram-se as providências necessárias, inclusive junto à Madre Geral, em Roma, e a 13 de outubro de 1936 quatro Irmas embarcaram no navio "Oceânia", cruzando o

Atlântico rumo à área do Xingu ainda recoberta de florestas habitadas por índios, possuindo cidadezinhas nascentes. Estas Irmãs chamavam-se: Irmã Anna Berger, superiora, Irmã Gabriela Molleney, Irmã Imelda Waldmann e Irmã Margaretha Weiler.

Foi um extenso percurso que fizeram por Pernambuco até Belém. Em Belém tomaram um barco e singraram as águas do rio Amazonas, chegando em metade de novembro a seu destino, o vilarejo de Porto de Mós, sede da Prelazia do Xingu, onde pela primeira vez viram pessoas de todos os matizes: negros, bronzeados... e até brancos. Falavam só alemão; isto dificultou-lhes ainda mais a longa viagem. Em julho de 1937 foi transferida a sede da Prelazia para Altamira e as Irmãs também aí se instalaram numa casa já bastante velha. Neste mesmo ano chegaram de Schaan mais duas: Irmā Bernharda Horak e Irmã Raphaela Kossl. As Irmãs com bastante esforço juntavam as palavras para formar frases em português. No início não tinha nem dinheiro, nem nada, até que plantaram uma horta e podiam vender verduras ao povo. Muitos pobres, de 70 a 100 por dia, vinham tomar a sopa de verdura que elas distribulam.

Em 1939 rebentou a 2ª guerra mundial. As Irmãs ficaram sem nenhuma comunicação com Schaan, seu país. O governo, através do prefeito local, lhes doava café, arroz, açúcar, aveia, farinha, que elas repartiam com os pobres. Mesmo assim não escaparam do sofrimento em conseqüência da oposição ao nazismo, por serem de língua alemã. Mais tarde a situação melhorou em todos os sentidos e elas podiam ajudar os pobres com suas rendas. Eram incansáveis, atuando nos trabalhos domésticos, inclusive para os Missionários do Preciosíssimo Sangue, na educação e formação de crianças e jovens do interior, no Orfanato que mantinham, bem como animando a Liturgia e outros serviços religiosos com o acompanhamento dos cantos no órgão.

Um certo dia alguns índios saíram da selva, na margem do rio Xingu, e dois índios jovens, junto com seu tuchaua, entraram na casa das Irmãs. Elas os acolheram e lhes deram comida. Então um dos jovens mostrando o Crucifixo disse: "Este é o Deus das Irmãs."

Esse testemunho mostra bem que se as irmãs quase não falavam português, no entanto se faziam entender claramente através da linguagem da caridade, numa irradiação concreta daquele amor pelo qual Cristo derramou seu Sangue redentor.

Duas dessas Irmãs ainda vivem em Schaan, Irmã Bernharda Horak e Irmã Raphaela Kossi, e neste ano rendem graças a Deus por este Jubileu, juntamente conosco, suas co-irmãs brasileiras, que continuamos a regar com nossos sacrifícios as sementes que elas lançaram há cinqüenta anos atrás.

Irmã Evelina Trindade, ASC

O ser humano está apenas ancorado no mundo. Sua liberdade lhe permite levantar âncoras. A fé lhe ensina a navegar, a fluir, a livrar-se dos bancos de areia que o prendem.

### RELIGIOSOS NA IGREJA PARTICULAR

A marca da Igreja é trinitária: unidade na diferença. Vida é circulação, partilha, comunhão. Vida Religiosa na Igreja particular deve ser vista como participação e enriquecimento dentro de polarizações que provocam tensões e se podem apresentar como conflitos.

#### Dom Walfredo B. Tepe, OFM

Ilhéus, BA

Quando fui solicitado para falar sobre este tema, pensei primeiro na minha própria experiência pessoal: mais de cinquenta anos de vida religiosa como franciscano e quase vinte anos de bispo; destes, dezessete à frente da Igreja particular de Ilhéus.

Como simples religioso desconhecia quase a Igreja particular. Vivia na comunidade conventual e para a comunidade maior da Província. A própria realidade da Ordem enquanto universal, tendo o ministro geral na frente, ficava distante. Depois de feito bispo, a relação com a Ordem se tornou rarefeita. Estabeleceu-se o laço com a Igreja particular, confiada aos meus cuidados. Os religiosos e as religiosas eramme bem-vindos na medida em que ajudavam a Pastoral, sobretudo na linha do planejamento organizado. Eu precisava de religiosos como párocos e de Irmãs para assumir o

trabalho de coordenação nos setores centrais diocesanos e em quaseparóquias no interior, de onde ajudariam na suscitação e animação de comunidades eclesiais de base.

Quando um dia coloquei este meu esquema de "religiosos na Igreja particular", numa reunião das Irmãs que trabalham na diocese, fui contestado: nós não nos vemos assim, como tapa-buracos para aspectos carentes da estrutura diocesana. Não é por uma função na Igreja particular que nós nos identificamos, mas pelo nosso ser: ser na Igreja; pelo nosso modo de ser Igreja.

Nem sempre o método indutivo: ver — julgar — agir, é mais seguro que o dedutivo. Meu "ver" pessoal, talvez dominado pelas minhas idéias ou minhas ideologias, não me levou muito longe. Assim tento agora abordar o tema em forma dedutiva, a partir da formulação desafiadora:

ser Igreja. Que idéia de Igreja, que modelo de Igreja ajuda a colocar bem "os religiosos na Igreja particular"? O modelo da polarização entre hierarquia-laicato deixa os religiosos de permeio, como algo que

não pertence à estrutura da Igreja (cf. L.G. 43 b). O modelo trinitário da unidade na diferença parece responder melhor à nossa pergunta, pela polarização de "comunidadeministérios".

#### I. UNIDADE NA COMUNHÃO ECLESIAL

Sempre mais se redescobre e se acentua o aspecto do mistério da Igreja. No panorama visível de uma sociedade organizada sobressaem a hierarquia e a vida religiosa institucionalizada. Muitos leigos já sabem e dizem: "A Igreja somos todos nós". Mas ao mesmo tempo, sobretudo quando há algo a criticar na Igreja, ela é identificada com a hierarquia ou então com os padres e as religiosas. A Igreja, vista como mistério, ultrapassa os esquemas sociológicos. O que o último Sínodo dos bispos redescobriu em suas reflexões: a importância do caráter mistérico da Igreja, as comunidades eclesiais de base tentam vivenciar. No documento final do 6.º encontro das comunidades eclesiais de base, realizado em fins de julho deste ano, aos pés do santuário da SSma. Trindade em Goiás, Brasil, se lê: "Na comunidade procuramos imitar Deus, cuja Trindade é a melhor comunidade: Pai, Filho e Espírito Santo. Três pessoas distintas, cada uma com seu modo próprio de ser e, ao mesmo tempo, tão unidos que são um só Deus".

#### 1.1 Unidade de origem

"Os bispos individualmente são o visível princípio e o fundamento

da unidade em suas Igrejas particulares" (L.G.23 a). São servidores, ministros da unidade, mas não são a causa ou origem. As Igrejas particulares são formadas à imagem da Igreja universal; nelas "subsiste a Igreja católica una e única" (ibidem). A origem da Igreja católica una e única remonta ao mistério trinitário: "Aparece a Igreja toda como o povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (L.G. 4). "Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos" (1 Cor 12,4-6).

O essencial da Igreja não é sua estrutura e organização visível, mas o seu mistério. Planejada pelo Pai, fundada pelo Filho, animada pelo Espírito Santo, assim nos apresenta "Lumen Gentium" a realidade da Igreja nas primeiras páginas: realidade-mistério. Deste caráter mistérico, desta relação com a SSma. Trindade é Maria a expressão mais luminosa, embora não faça parte da estrutura hierárquica. De modo semelhante, a vida religiosa, embora não pertença à estrutura da Igreja, "está, contudo, firmemente relacionada com sua vida e sua santidade"

(L.G. 44 c), i.é, com sua essência de ser mistério, enraizado no mistério da SSma. Trindade.

Ser Igreja, ser povo de Deus, é antes de mais nada, existir para o louvor e a glória de Deus, que se revelou em Cristo Jesus. Proclamar e adorar o mistério do Deus trino! O culto, a dimensão contemplativa, é essencial para a Igreja. "Vós sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou das trevas para sua admirável luz" (1 Pe 2,9).

A vida religiosa está radicalmente nesta linha. É um dom dado à Igreja para expressar sua vida intima: o ser-para-Deus, o ser consagrada, a santidade, enfim. Os religiosos devem permanecer no empenho de dar, perante o mundo e a Igreja inteira, o testemunho da primazia da relação do homem com Deus, que "nestes últimos tempos" se revelou em Cristo. Tal aspecto escatológico deve prevalecer sobre qualquer atividade. A funcionalidade, mesmo no Plano diocesano de pastoral orgânica, não deve tomar o lugar primordial do "ser contemplativo", no sentido de realizar o culto de Deus trino, não só por orações, mas pelo próprio "ser religioso".

Especialmente vale isto do ramo exclusivamente contemplativo da vida religiosa. "O seu apostolado primordial e fundamental consiste na própria vida contemplativa porque tal é, segundo os desígnios de Deus, o seu modo próprio de ser Igreja, de viver na Igreja, de realizar a comunhão com a Igreja e de

cumprir a sua missão na Igreja" (Documento da SCRIS "A dimensão contemplativa da vida religiosa"; N.º 26). Esta missão, esta tarefa é importante para cada Igreja particular, desde o começo de sua fundação: "Uma vez que a vida contemplativa pertence à plenitude da presença da Igreja, é necessário que se instaure em toda parte nas novas Igrejas" (A.G. 18 d).

O "ser religioso na Igreja particular" é uma vocação para quem foi
chamado e um dom para toda a comunidade eclesial. Permanecer e
destacar-se nesta vocação contribui
"para mais rica santidade da Igreja,
para maior glória da una e indivisa
Trindade, que em Cristo e por Cristo, é fonte e origem de toda a santidade" (L.G. 47).

#### 1.2 Unidade de finalidade

A Igreja, na sua finalidade, prolonga e continua a missão de Jesus. Jesus foi o primeiro e maior evangelizador: anunciou a Boa Nova do Reino de seu Pai e nos convocou para entrar na relação filial com o Pai. A missão é algo constitucional na Igreja: não só a origem mas também a finalidade marcam sua identidade. Na evangelização, a Igreja encontra a "sua mais profunda identidade" (E.N. 14). "O povo de Deus, com todos os seus membros, instituições e planos, existe para evangelizar" (Documento de Puebla 348). Ora, "a evangelização é um chamado à participação na comunhão trinitária" (D.P. 218).

"Proclamar as maravilhas de Deus" (1 Pe 2,9) não é apenas

adorar e glorificar liturgicamente o Deus trino que se revela no Plano da salvação, mas convocar os homens para participar neste mistério, i.é, evangelizar. A relação da Igreja particular (e dos religiosos nela) é fundamentalmente dupla: com Deus trino e com o mundo a ser evangelizado, i.é, a ser convocado para a união com o Deus trino.

A vida religiosa por sua própria realidade de "ser" — um "modo de ser Igreja" — é evangelizadora (cf. D.P. 721; 725). Pela vivência autêntica dos votos dá testemunho da radicalidade da opção cristã por Deus (cf. D.P. 746). Pela vida comunitária dá testemunho do mistério trinitário, origem e fim da realidade eclesial (cf. D.P. 752; 753). Pela disponibilidade generosa assume "dentro da Igreja particular os postos de vanguarda evangelizadora" (D.P. 771). A "vitalidade missionária" coloca os religiosos na continuação da missão de Jesus Cristo e na disponibilidade para com a missão do Espírito Santo e "os leva a dar respostas eficazes ao problema da hodierna desigualdade de distribuições de forças evangélicas" (D.P. 773).

A vida religiosa não pode ser "fuga do mundo". A própria vida puramente contemplativa está ligada à evangelização. "Os Institutos de vida contemplativa com suas orações, obras de penitência e tribulações têm importantíssimo papel na conversão das almas. Pois é Deus quem manda operários à sua messe, quando se lhe suplica. Abre a alma dos não-cristãos para ouvirem o Evangelho, e lhes fecunda nos co-

rações o Verbo da salvação. Pedese ainda que esses Institutos fundem casas em terra de missões, como muitos já fizeram" (A.G. 40 b). Em terras de missão são contribuição para a formação de Igrejas particulares e, em Igrejas particulares já estabelecidas, são fermento de apostolicidade: sinais da radicalidade na opção eclesial pelo Deus trino e, pela intercessão, instrumentos de sua missão evangelizadora.

A contemplação cristã não pode enveredar pelo caminho oriental libertar-se do mundo que é apenas ilusão: "maia" — mas sempre vai ao Pai por Cristo no Espírito Santo. Jamais se separa de Cristo que, pela encarnação, assumiu definitivamente a criação. A clausura não pode significar fuga ou medo do mundo. O mundo, enquanto criação entregue por Deus aos homens no processo histórico de trabalho e cultura, é o campo da evangelização, da inserção do fermento evangélico nas culturas e na cultura atual. O "mundo mau" pula por cima de todos os muros de defesa e separação. Também a Igreja está exposta ao mal: é santa e pecadora. Os religiosos, por mais bem guardados, sob chave e clausura, participam da fragilidade humana, das tentações e das quedas. Por outro, também os enclausurados participam da lei geral da criação que é o trabalho como meio de prover ao próprio sustento.

"A oração aberta à realidade da criação e da história converte-se em reconhecimento, adoração e louvor constante da presença de Deus no mundo e na história, eco de uma vida solidária com os irmãos, sobre-

tudo com os pobres e os que sofrem" ("Dimensão contemplativa" N.º 5). Nesta linha de reflexão pode-se ainda perguntar: a vida religiosa ajuda a Igreja particular a se inserir no mundo ambiente ou reforça a tentação para o gueto defensivo de uma "sociedade paralela", em competição e desarticulação com as estruturas da sociedade civil? As "obras" das Congregações — como se integram, não só na Pastoral de conjunto, mas também na inserção no mundo a ser evangelizado?

#### 1.3 Estrutura simétrica e assimétrica

Há uma unidade básica em todos os modos de ser Igreja: o viver comum da fé trinitária e a missão evangelizadora. Mas o "modo de ser Igreja" da vida religiosa não é idêntico ao "novo modo de ser Igreja" das Comunidades eclesiais de base. Podíamos falar de formas simétricas de ser Igreja, numa linha ascendente, e de outras formas assimétricas. Isto daria o seguinte quadro:

#### Modos de ser Igreja

#### Modos simétricos

Igreja doméstica Comunidades eclisiais de base Paróquia Igreja particular Igreja local Igreja universal

#### Modos assimétricos

Ordens Congregações Institutos

Fraternidades Associações Movimentos Grupos

O Documento de Puebla parece enveredar por esta distinção: "Além da família cristã, que é o primeiro centro de evangelização, o homem vive a sua vocação fraterna no seio da Igreja particular, em comunidades que tornam presente e operante o desígnio salvífico do Senhor, vivido na comunhão e participação. Assim dentro da Igreja particular, devem-se considerar as paróquias, as comunidades eclesiais de base e outros grupos eclesiais" (617).

Os "outros grupos eclesiais" seriam "modos de ser Igreja" assimétricos em relação aos anteriores. O Documento de Puebla não aprofunda a relação entre estes dois tipos de "ser Igreja". As comunidades religiosas, os grupos de leigos das diversas associações e movimentos, sem dúvida, são "eclesiais", "modos de ser Igreja". Mas não figuram na ordem simétrica da organização visível da Igreja que começa com a família (Igreja doméstica), passa pela comunidade eclesial de base que "integra famílias" (D.P. 641), pela paróquia que "é centro de coordenação de comunidades" (D.P. 644) e chega à Igreja particular que tem a "primazia no conjunto das comunidades eclesiais", porque é "constituída à imagem da Igreja universal", porque nela encontra-se e opera verdadeiramente a Igreja de Cristo que é una, santa, católica e apostólica" e porque é "presidida pelo bispo, dotado de forma plena e sacramental do tríplice poder de

Cristo" (D.P. 645). Finalmente a Igreja universal integra todas as Igrejas particulares sob o presídio do Papa.

Podia-se ainda intercalar entre a Igreja particular e a Igreja universal a "Igreja local", no sentido de conjunto de Igrejas particulares, sob aspecto mais geográfico e sociológico como, p. ex., as Conferências nacionais. Aliás, nem o Vaticano II nem o CIC usam univocamente o termo "Igreja local"; uma vez é idêntico com Igreja particular (diocese), outra vez como conjunto de Igrejas particulares e ainda outra designa setores ou divisões da Igreja particular, como paróquia.

Na ordem simétrica da organização visível da Igreja se destacam a Igreja particular com o bispo e a Igreja universal com o Papa, por serem de instituição divina, enquanto as demais são de instituição eclesiástica. Na ordem assimétrica, os "outros grupos eclesiais" podem reclamar para si o sopro do Espírito Santo, animador de toda a vida eclesial: são formas carismáticas de viver em comum a fé; formas que com o tempo se podem institucionalizar e então devem encontrar o seu lugar na organização simétrica.

Com isto encontramo-nos novamente com o tema: "religiosos na Igreja particular", com sua polarização e seus possíveis conflitos ou tensões.

Individualmente, o religioso tem já uma relação profunda com a Igreja doméstica: é normalmente ali que o atinge a vocação, favorecida pelo

ambiente de fé de um lar cristão. Individualmente, ou através de pequenas comunidades inseridas, os religiosos também travam relação com as "CEB's", tornando-se iniciadores ou animadores. No plano paroquial é que começa a tarefa de integrar "o modo de ser Igreja" em forma assimétrica, "comunidade ou família religiosa", com a Igreja local (paróquia), presidida pelo presbítero. "A paróquia realiza uma função de Igreja em certo sentido integral", coordenando não apenas as comunidades de base, mas também "grupos e movimentos" (D.P. 644).

É evidente que há uma polarização que pode provocar tensões e até conflitos. Uma forma de superar tensões é passar a tarefa integradora para o nível seguinte: da paróquia para a Igreja particular e seu bispo cujo interlocutor seria o Superior maior da Província religiosa. Ou ainda para o plano de "Igreja local" (conjunto de Igrejas particulares), onde eventualmente a CNBB e a CRB ou então o CELAM e a CLAR se tornariam interlocutores. Resta finalmente o recurso à Igreja universal, i.é, à Sagrada Congregação dos religiosos e às Cúrias generalícias das Congregações.

Mas é principalmente ao nível da Igreja particular que se deve concretizar a integração. É verdade que as Congregações religiosas "de jure pontificio" têm, quase todas, as suas casas generalícias em Roma; têm contacto com as Cúrias romanas e com o próprio Papa; têm o privilégio da isenção em função da sua relação com a Igreja universal e para preservar o seu próprio carisma.

Mas nada disto as exime da necessidade de inserção em Igrejas particulares, pois é lá que "se encontra e se opera verdadeiramente a Igreja de Cristo". O Documento "Dimensão contemplativa" cita as Palavras de João Paulo II aos Superiores Maiores: "Vós existis para a Igreja universal, através da vossa missão numa determinada Igreja local. Portanto, a vossa vocação para a Igreja universal realiza-se dentro das estruturas da Igreja local... Unidade com a Igreja universal por meio da Igreja local: eis o vosso caminho" (N.º 17).

Os religiosos têm uma dupla "cidadania" eclesial: de um lado estão integrados numa Igreja particular, sobretudo em função de trabalhos pastorais. De outro, fazem parte de uma "comunidade eclesial" assimétrica, originada do carisma de um fundador. Tal comunidade, geralmente, ultrapassa os limites de uma só diocese. O bispo não pode abafar os carismas, reduzindo os religiosos a meros executores de planos pastorais. Por outro, depende de seu juízo prudencial a admissão de novos carismas na sua diocese, seja Congregações religiosas ou movimentos (cf. A.G. 18 c).

"O Espírito sopra onde quer" (Jo 3,8). O ministério da unidade não pode sobrepor-se à liberdade do Espírito que sempre de novo suscita novos carismas na Igreja. "Não abafeis o Espírito" (1 Tes 5,19). Será que a Pastoral orgânica só tolera "modos de ser Igreja" simétricos? O zelo de "supervisionar" (episcopein) não deve tornar-se ansioso,

querendo controlar tudo num esquema rígido; pois levaria a marginalizar ou recusar "modos de ser Igreja" assimétricos, destinados a enriquecer e dinamizar a Igreja particular. Por outro, a diversidade de dons não deve esparramar-se numa multiplicidade tal que disperse as forças disponíveis. O Espírito sopra também no carisma do discernimento, inerente ao ministério da unidade, próprio dos bispos (e dos párocos) que prudentemente devem encaminhar as forças disponíveis para os aspectos prioritários dentro de um plano orgânico.

O caráter supradiocesano de muitas Congregações religiosas implica no problema da mobilidade, tanto de pessoas como de idéias. Em função das necessidades internas de uma Congregação se fazem muitas transferências que não favorecem a continuidade serena de trabalhos pastorais numa Igreja particular. Por outro, os transferidos são muitas vezes portadores de idéias novas e orientações pastorais diferentes, aplicadas em outras dioceses. A própria mobilidade facilita soluções, colocando-se religiosos "conservadores" ou "progressistas" em dioceses cujos bispos e cujo clero sintonizem com as respectivas idéias; isto no caso de uma tensão aguda que ameaça se transformar em conflito. Normalmente conviver com tensões é sinal de vitalidade. A vida religiosa pode ser um elemento de renovação contínua, preservando as Igrejas particulares de uma esclerose nas suas atividades e organizações pastorais.

A Igreja tem a marca trinitária: unidade na diversidade. O primeiro aspecto é a comunhão, a unidade no ser: dignidade comum de filhos de Deus, chamados à mesma santidade. Devemos acima de tudo "conservar a unidade do Espírito no vínculo da paz. Há um só corpo e um só Espírito, assim como é uma só a esperança da vocação a que fostes chamados" (Ef 4,3-4). "Se, pois, na Igreja nem todos seguem o mesmo caminho, todos no entanto são chamados à santidade e receberam a mesma fé pela justiça de Deus... Reina entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo" (L.G. 32 b).

O modelo da Igreja que se orienta pelo cunho trinitário — unidade na diversidade — vê a Igreja como comunidade em que existem ministérios e carismas. Dentro deles se destaca o ministério hierárquico, instituído por Cristo com a função da unidade, e o carisma da vida religiosa, dom do Espírito para toda a Igreja. A terceira componente é o laicato, cujo papel, ao lado das outras duas componentes, sempre mais se clareia. No aspecto triádico das componentes aparece mais uma vez o caráter trinitário da Igreja, em forma análoga. "Na comum vocação fecundam-se as relações de comunhão entre as componentes eclesiais...: o ministério hierárquico, a vida consagrada nas suas várias formas, e o laicato" (Documento da SCRIS sobre "Religiosos e promoção humana" N.º 21;23). As "mutuae relationes" não se devem reduzir à relação da vida religiosa com o bispo, como representante da Igreja particular. A vida religiosa na Igreja particular encontra-se condicionada e desafiada por uma constelação tríplice de polarizações: vida religiosa e hierarquia (bispo, presbíteros); vida religiosa e laicato; laicato e hierarquia. Sendo que a última não diz respeito direto à nossa temática (embora deva estar presente como pressuposto), abordaremos agora as duas polarizações primeiras.

## 2.1 Vida religiosa e hierarquia (bispos — presbíteros)

Vida religiosa nasce do sopro do Espírito; nasce do carisma de um membro da Igreja que foi tocado pelo Espírito para realizar um novo "modo de ser Igreja"; modo assimétrico, como o classificamos, em comparação com os modos simétricos da "Igreja doméstica", das CEB's, da paróquia e da Igreja particular. O ministério hierárquico nasceu da Instituição de Cristo. Há polaridade; mas criar oposição ou mesmo tensão aguda entre os dois é desconhecer o mistério trinitário que marca profundamente a Igreja.

Não se deve opor carisma à autoridade, nem separar o Espírito Santo de Cristo-cabeça. "Para todos os tempos o Espírito Santo unifica a Igreja na comunhão e no ministério, dotando-a com vários dons hierárquicos e carismáticos"

(A.G. 4). A hierarquia não apresenta somente a origem crística mas também a atuação do Espírito Santo; e viceversa, há participação na autoridade eclesial na vida religiosa. "A comunhão orgânica da Igreja, tanto em seu aspecto espiritual quanto em sua dimensão hierárquica, deriva conjuntamente de Cristo e seu Espírito" (Mutuae relationes N.º 5).

Ao bispo, que exerce a função de Cristo-cabeça, "compete o ministério de discernir e harmonizar, o qual supõe a abundância de dons especiais do Espírito e o carisma particular de ordenar as diversas funções com íntima docilidade ao único Espírito vivificante" (M.R. n.º 6). Por outro lado, a vida comunitária dos religiosos (onde se espelha o caráter comunitário da Igreja toda) não seria possível sem um "serviço próprio de autoridade religiosa". De onde vem tal autoridade? "Provém do Espírito do Senhor em conexão com a sagrada hierarquia que erigiu canonicamente o Instituto e aprovou autenticamente a sua missão específica" (M.R. 13).

Toda autoridade religiosa tem, como a autoridade hierárquica — embora em forma diversa, análoga — traços da capitalidade de Cristo e da animação do Espírito Santo. Embora se acentue, na vida religiosa, mais o aspecto pneumático, carismático, a atuação do Espírito "pressupõe necessariamente a iniciativa histórica de Jesus Cristo" (M.R. N.º 5) e sua função de cabeça. Se, na Igreja, animada pelo Espírito Santo, surge um estado que

se institucionaliza — a vida religiosa —, nas tarefas da autoridade
dentro deste estado aparece a capitalidade de Cristo. Autoridade
religiosa e autoridade hierárquica
têm ambos participação na capitalidade de Cristo pela mesma animação do Espírito Santo. São dois
tipos, não idênticos nem paralelos,
mas análogos; não excludentes, mas
complementares.

Não se nega que esta "complementariedade" pode oferecer certas dificuldades. Pode haver tensão, no coração e na mente do religioso, engajado na Pastoral orgânica de uma diocese. Tensão entre as orientações da autoridade religiosa, zelosa da conservação da espiritualidade própria do Instituto, e as orientações do bispo que zela pela execução eficiente do Plano pastoral diocesano.

O aspecto carismático de profetismo, seja do religioso particular, seja de toda a Congregação, pode não coincidir com as diretrizes e perspectivas pastorais de um bispo diocesano. Neste sentido, os religiosos podem se tornar incômodos como foi o profeta Amós a quem o sacerdote Amasias disse: "Vidente, vai embora, foge para a terra de Judá; come lá o teu pão e profetiza lá. Mas em Betel não podes mais profetizar, porque é um santuário do rei, um templo do reino" (Amós, 7,12-13). O axioma: "cujus regio, ejus et religio", às vezes se pode encontrar parafraseado: quem é bispo de uma diocese determina as opções pastorais. Sobretudo as opções diante do quadro socialpolítico podem gerar tensões e conflitos. Como se inserir na realidade do povo e como concretizar a opção preferencial pelos pobres esta questão pode trazer sérias divergências entre bispos e Congregações, entre presbíteros e religiosos.

Pode haver outra polarização que se assemelha à lei do mercado: procura e oferta. O pároco pode estar procurando religiosas que o ajudem na organização dos trabalhos paroquiais; uma Congregação talvez ofereça a fundação de um colégio ou uma creche, em conformidade com seu próprio carisma. O bispo talvez esteja procurando padres religiosos para paróquias vacantes como também pequenas comunidades de religiosas para assumirem a direção de setores da astoral diocesana ou a coordenação pastoral de quase-paróquias; e uma Congregação oferece uma equipe para pregar missões populares ou uma grande comunidade para abrir uma obra social própria, um hospital, uma universidade ou uma Editora. Que fazer em cada aso? Certamente deve haver muito diálogo e boa vontade de aceitar e compreender as duas realidades que se encontram. Uma planificação total centralizadora pode abafar e marginalizar forças criativas e inovadoras na Igreja particular.

Uma ausência total de organização e de critérios seletivos pode levar à fragmentação e desarticulação da pastoral diocesana, favorecendo desunião, rivalidade e desperdícios.

Em nível paroquial e diocesano pode reaparecer a polarização uni-

lateral entre homem e mulher. De um lado, a clericalização das estruturas eclesiais, sobretudo em nível de decisão. De outro lado, um grande contingente de mulheres, sobretudo religiosas, engajadas plenamente em trabalhos pastorais, mas quase exclusivamente em nível de execução. Pode haver rivalidade entre padres, talvez menos atualizados na pastoral renovada, mais ligados ao serviço sacramental do povo, e pequenas comunidades de religiosas que se atualizam e fazem um bom trabalho de pastoral libertadora e construtora de comunidades eclesiais de base. Mais: se há religiosas que, na coordenação de quase-paróquias, também batizam e assistem casamentos, surge a pergunta fatal: que fica para o padre? Por que a religiosa não pode também atender confissões (já que ouve confidências íntimas de muitos fiéis) e presidir à Eucaristia (já que preside ao culto da palavra e distribui a comunhão)?

Pode haver querelas em torno da remuneração dos trabalhos. O padre fica com os emolumentos dos sacramentos e as religiosas ficam com o trabalho de preparar os fiéis para a recepção dos sacramentos. É real e justa a crítica de que as Igrejas particulares encontram nas religiosas "mão-de-obra" barata para os trabalhos pastorais? Há exploração por parte da Igreja local ou antes ajuda generosa de Congregações missionárias que socorrem Igrejas particulares pobres, incapazes de remunerar adequadamente pessoas liberadas para o serviço pastoral?

Outro problema pode surgir quando a Santa Sé confia uma (futura) diocese a uma Congregação religiosa. O bispo (prelado) e todos os párocos são da mesma congregação. Pode haver dificuldades na formação de um clero secular já que falta estímulo para os jovens que só conhecem padres religiosos e, não raro, falta também estímulo por parte dos religiosos que só cuidam de suas próprias vocações. Podem também surgir tensões de competência entre o bispo religioso e o Superior dos religiosos que ali trabalham na pastoral.

#### 2.2 Vida religiosa e laicato

A Igreja não pode ser identificada com o bispo, embora ele tenha um papel relevante como princípio visível e fundamento da unidade na Igreja particular. A Igreja não pode ser identificada com a vida religiosa, embora ela seja um dom particular na vida da Igreja e seja talvez o carisma mais destacado e fecundo, em forma institucionalizada. Hierarquia e vida religiosa são, dentro da Igreja, algo firmemente estabelecido e estruturado. O aspecto visível e organizado aparece mais nestas duas vertentes; mas seria um reducionismo fatal não ver a terceira componente, o laicato, que só numa parte mínima se deixa organizar, embora represente a maioria do povo de Deus. O novo Direito Canônico sublinha a unidade e igualdade, antes de ver as diversas especificações. Todos os que pertencem ao povo de Deus pelo batismo e pela missão comum da Igreja no mundo são chamados "christifi-

deles religiosi" (CIC 207) e "christifideles laici" (CIC 224). Traduzir "christifideles" simplesmente com "fiéis" cria ambigüidade, pois é ainda de uso corrente entender por "fiéis" os leigos, de certa maneira inferiorizados diante dos clérigos e religiosos. "Entre todos os 'christifideles', pela sua regeneração em Cristo, vigora, no que se refere à dignidade e atividade, uma verdadeira igualdade pela qual todos, segundo a condição e o múnus próprios de cada um, cooperam na construção do Corpo de Cristo" (CIC 208). O conjunto dos "christifideles" possue o 'senso de fé', "quando, desde o bispo até os últimos fiéis leigos, apresenta um consenso universal sobre questões de fé e costumes" (L.G. 12 a).

Na teoria já se afirma a igualdade de todos, mas na prática ainda se ressente o laicato de não ser devidamente apreciado e concretizado o seu papel específico na missão comum da Igreja particular. A conscientização crescente do laicato abre novos horizontes e pode tanto relativizar como revitalizar a polarização entre vida religiosa e hierarquia.

A polarização entre vida religiosa e laicato pode chegar a formas de tensão e mal-estar. Tive disto um exemplo em minha diocese, onde na última Assembléia diocesana, os leigos participantes fizeram a seguinte reclamação: "O que se nota é que leigo foi muito marginalizado na Igreja. O trabalho vocacional nas comunidades tem tido a preocupação de arrancar os nossos jovens para os seminários e conven-

tos. Consequentemente todo esforço é para preparar rapazes e moças para serem padres e freiras. Mas não se investe do mesmo jeito para preparar o leigo para que possa ter condições de realizar a sua missão evangelizadora. Os leigos ainda não encontraram espaço na sua Igreja para marcar, de maneira acentuada, a sua presença. Primeiro, porque os leigos não confiam uns nos outros e não deixam que haja intimidade mais profunda com os seus padres. Depois, quando um leigo se compromete e se destaca, geralmente é convidado para ser padre ou freira. Além do mais, para os padres e as freiras existe uma quantidade grande de material de aprofundamento da fé e do compromiso; eles têm uma facilidade muito grande de se deslocar e tempo para se reunir. Enquanto que, para os leigos, não há material adequado e nem tempo para se encontrarem".

Talvez esteja aí um desafio sério: mudar o enfoque de nossos cuidados; concentrar nosso olhar não tanto sobre "nossos vocacionados" i.é, candidatos à vida religiosa e sacerdotal, mas mais sobre os "leigos", a grande maioria do Povo de Deus. A preocupação com as "vocações" pode cercear e esterilizar o trabalho pastoral dos religiosos, além de criar tensões entre Congregações que fazem "recrutamento" só para si, sem se integrar numa pastoral vocacional diocesana orgânica. As "vocações" estão à serviço do Povo de Deus e surgirão quando este for bem servido. Não devem monopolizar a atenção.

Há um sério desnível na polarização entre vida religiosa e laicato no aspecto da espiritualidade. Houve um quase monopólio de espiritualidade monacal. Tanto o clero secular como os leigos pautavam sua espiritualidade em padrões de vida religiosa. Junto com isso ia a infeliz distinção entre "estado de perfeição" e — como poderia ser diferente? — estado de menos perfeição ou de mediocridade espiritual dos leigos. Mas, "se na Igreja nem todos seguem o mesmo caminho, todos, no entanto, são chamados à santidade" (L.G. 32 b).

O termo "consagração" já não pode mais ser usado monopolisticamente. "Consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, os leigos são admiravelmente chamados e munidos para que neles se produzam sempre mais abundantes frutos do Espírito Santo" (L.G. 34 b). De fato, estão surgindo novas formas de consagração na Igreja particular; Institutos seculares, Virgens consagradas na Igreja particular sem nexo comunitário especial, leigos casados que querem radicalizar sua vida crstã, como Igreja doméstica, numa direção de consagração. Tudo isto coloca a vida religiosa em nova luz na Igreja particular. Serve também como salutar estímulo, pois a situação de "monopólio" é uma tentação para a acomodação e o aburguesamento, mantendo-se embora o rótulo de vida cristã "consagrada", i. é, radicalizada. Vida religiosa aparecerá mais como sinal de esperança difícil mas alegre do que como visibilidade de um "estado de perfeição".

A divisão dos papéis: aos leigos, o temporal; ao clero e aos religiosos, o sagrado, não pode ser muito rígida. Na prática teremos sempre mais especialistas "leigos" no terreno das ciências sagradas: os teólogos leigos. Muitas vezes, sem respaldo oficial, por dedicação ao Reino e com grandes sacrifícios se dedicam, sem esperar remuneração posterior. Pode-se perguntar: onde há mais generosidade? Nestes leigos ou nos religiosos e padres que têm atrás de seus estudos toda a estrutura de sua Congregação e de sua Igreja particular?

Outro aspecto de divisão de trabalho merece uma revisão: a secularidade ou laicidade. Na Igreja, a laicidade marca — é evidente mais os leigos. Mas a própria Igreja traz uma marca de laicidade ou secularidade que é comum para todos os seus membros: sua inserção no mundo; é na criação, e no mundo dos homens — onde será fermento evangélico. "A índole secular caracteriza especialmente os leigos" (L.G. 31 a). Especialmente mas não exclusivamente. Toda a Igreja traz a marca da secularidade. Também a vida religiosa. Paulo VI se dirigiu aos religiosos: "Um problema candente nos assalta hoje: como fazer penetrar a mensagem evangélica na civilização das massas? Como atuar aos níveis em que se está elaborando uma nova cultura, onde se vai criando um novo tipo de homem que crê já não ter necessidade de redenção" (Evangelica testificatio N.º 25)? Os religiosos são atingidos por este desafio, ao mesmo tempo que se devem converter a uma maior valorização das

tarefas específicas dos leigos que assumem a missão da inculturação da fé, em primeiro plano.

A dimensão "humana" é o fundamento comum que une e iguala todos os membros da Igreja, ainda antes do batismo comum. "Todas as vias da Igreja levam ao homem" (Redemptor hominis N.º 14). A Igreja toda, assumindo a realidade do "homem", do "humano", exerce um dos aspectos básicos de sua própria realidade. "A Igreja tem uma autêntica dimensão secular, inerente à sua íntima natureza e missão, cuja raiz se aprofunda no mistério do Verbo encarnado, e que é realizada em forma diversa por seus membros - sacerdotes e leigos — segundo o próprio carisma" (Paulo VI: alocução no 25.º da Provida mater, N.º 7). Há divisão de trabalho, diversidade de ministérios. Os clérigos se destinam principalmente e ex professo ao sagrado ministério. Os religiosos, por seu estado, dão testemunho do Absoluto de Deus. "É próprio dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus, exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus" (L.G. 31 b). Esta marca de "secularidade" não é uma pecha no sentido de secularismo ou mundanismo, mas uma missão especial dentro da missão comum da Igreja. Sem ela a Igreja, ficando reduzida às duas componentes de clero e religiosos, se exporia ao perigo da retranca, do fechamento no gueto, ou da tentação de montar um mundo à parte, uma sociedade paralela, perfeita e auto-suficiente.

A divisão das tarefas não é rígida. Há osmose, na prática, p. ex., Institutos seculares; vida religiosa clerical; padres operários, etc. Hoje em dia vemos muitos religiosos, lado a lado com os leigos, nas fronteiras da "secularidade", na inserção da Igreja nos meios populares. Certa autonomia que os leigos têm, como sua forma de participar do "munus regendi" de Cristo, a saber, de assumir as tarefas temporais por sua conta e responsabilidade, quando compartilhada por religiosos, pode criar tensões entre religiosos e as respectivas autoridades eclesiais.

Se de um lado, aos olhos dos leigos, os religiosos estão muitas vezes numa situação privilegiada ao lado do clero, outras vezes, sobretudo as religiosas, na sua qualidade de "leigas", partilham das marginalizações dos leigos na Igreja particular, sempre que se trata do nível decisório. A religiosa, especialmente quando inserida no meio popular, em pequenas comunidades, partilha da vida da mulher cristã do povo. Isto significa de um lado trabalho triplicado (profissional, doméstico e pastoral), e do outro, a dupla inferiorização de ser "mulher" e ser "leiga".

Muitas religiosas, inseridas em pequenas comunidades, no meio do povo, descobrem também o privilégio maternal de dar à luz lideranças leigas e, em disponibilidade abraâmica, passar para outros campos missionários.

#### CONCLUSÃO

As polarizações não existem para serem superadas na uniformidade.

A marca da Igreja é trinitária: unidade na diferença. Vida é circulação, partilha e comunhão. "Vida religiosa na Igreja particular" deve ser vista como participação e enriquecimento, dentro de polarizações que, às vezes, provocam tensões e se podem apresentar como conflitos. Há uma primeira polarização entre vida religiosa, enquanto modo de ser Igreja assimétrico, e a Igreja particular que é a forma mais completa do modo de ser Igreja, em forma simétrica. Dentro da realidade da Igreja, a vida religiosa encontra uma polarização com a origem da Igreja: a fundação trinitária; e outra, com a finalidade da Igreja: evangelizar o mundo. Na estrutura triádica da Igreja, ela entra em polarização com as outras componentes: a hierarquia e o laicato. Por cima de todas as diferenças, porém, está a comunhão eclesial.

"Lumen Gentium", depois de falar da estrutura trinitária da Igreja, recorre a muitas imagens para descrevê-la. É mais indicado aproximar-nos ao mistério com símbolos e imagens do que com definições. Apliquemos, pois, à Igreja particular, uma imagem que, certamene, claudica como todas as comparações, mas pode destacar alguns elementos importantes em forma nova e atualizada. A Igreja particular, diria eu, é como um time de futebol. A "copa do mundo" tão badalada nos meios de comunicação, torna esta imagem bastante acessível a muita gente.

Em primeiro lugar aparece a unidade na diversidade. Todos os jogadores, embora em diversas posições,

têm em comum a identidade do grupo e a finalidade comum. A finalidade é dinâmica: mexer-se no campo para, de um lado, defender a própria meta de invasões e, de outro, levar a bola agressivamente para a meta contrária. A Igreja particular tem que defender o patrimônio da fé; não deve permitir que heresias e ideologias penetrem na sua rede. Mas, se ficasse só na defesa da ortodoxia, perderia a sua missão essencial: levar o Evangelho ao mundo inteiro. Não é pela retranca que se ganha a vitória. O Reino deve ser anunciado, penetrando os "jogadores" no campo contrário e ali enfrentando toda a oposição e deslealdade do adversário. Na visão apocalíptica, o mundo é um grande campo onde se enfrentam os seguidores do Cordeiro e os seguidores da Besta. Ambos lutam pela vitória: defendendo a sua própria posição e invadindo o campo do outro (cf. Apoc. 13,16; 14,1).

Há unidade na identidade do time e na finalidade comum. Mas há diversidade de posições e tarefas. Aplicando a comparação à Igreja particular, diria que o bispo é o goleiro. É um só e tem como tarefa defender a fé comum, olhar para o campo todo (episcopein) e dar o "tiro de meta". O presbitério forma a zaga: são os colaboradores próximos do bispo; com ele encarregados de defender a fé, a ortodoxia. Os leigos, pertencentes com a mesma honra ao mesmo time, formam a ala avançada dos atacantes: levam a fé ao mundo, fazendo o gol da inculturação. Os religiosos se colocam de permeio, no meio campo. Correm muito: ora defendem a meta própria contra os ataques adversários, ora avançam, com os leigos, para penetrar no campo adversário. Não raro são mais avançados e se tornam as vítimas preferidas da violência dos inimigos.

#### Quais as grandes finalidades do Concílio Vaticano II?

Você encontra a enumeração destas finalidades nas primeiras linhas da Sacrosanctum Concilium, a primeira Constituição conciliar a ser promulgada. São estas as quatro finalidades básicas: 1. FOMENTAR sempre mais a vida cristã entre os fiéis. 2. ACOMODAR melhor às necessidades de nossa época as instituições que são suscetíveis de mudanças. 3. FAVO-RECER tudo o que possa contribuir para a união dos que crêem em Cristo. 4. PROMOVER tudo o que conduz ao chamamento de todos ao seio da Igreja.

Leia o que Frei Alberto Beckhauser escreve, de forma ampliada, a este respeito, às páginas 281-295.

# SACROSANCTUM CONCILIUM: CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO DE CRISTO E DA IGREJA A 20 ANOS DO VATICANO II

O mistério é o plano de Deus de fazer o homem participante de sua vida e de seu amor. Em Jesus Cristo realizou-se plenamente este mistério de Deus, pois nele o divino e o humano tornaram-se talmente um, que formam uma só pessoa.

#### Frei Alberto Beckhauser, OFM

Brasília, DF

Se nos lembramos de como era celebrada a Liturgia há 25 anos e pensamos como ela se apresenta hoje, percebemos uma imensa transformação. Lembro-me do dia 4 de dezembro de 1963. Como estudante de Liturgia em Roma, tive a graça de estar na Aula conciliar para a promulgação do primeiro documento do Concílio Vaticano II, a Constituição sobre a Sagrada Liturgia. Era o primeiro fruto dos trabalhos conciliares, que surpreendentemente iniciaram com a reforma do culto oficial da Igreja. Este culto, desde o Concílio de Trento, portanto há quatro séculos, havia permanecido intocado e intocável, embora Pio XII já houvesse dado alguns passos em sua reforma, como, por exemplo, a da Semana Santa, na década de 50. Lembro-me das grandes discussões que precederam a promulgação da Sacrosanctum Concilium e das primeiras reações ao inaudito documento conciliar. Tive a dita de acompanhar e participar desta caminhada de 20 anos, e por que não dizer, de 25 anos, pois no próximo ano celebraremos o jubileu de prata da Sacrosanctum Concilium. Participei de uma das primeiras concelebrações realizadas no Colégio Internacional de Santo Antônio, em Roma, em caráter experimental, tendo esse privilégio como representante da América Latina e estudante de Liturgia.

Hoje, passados 25 anos, é-me pedido um trabalho sobre a celebração do mistério de Cristo e da Igreja, a 20 anos do Vaticano II. Tentarei fazê-lo em forma de depoimento e de reflexão teológica.

Vamos inicialmente delimitar o tema. Parece que devemos fixarnos sobre o elemento central, isto é, celebrar o mistério de Cristo e da Igreja. Somos levados a respon-

der como este elemento está presente no Concílio Vaticano II, como se expressou nos 20 anos que se seguiram ao Concílio, mas sobretudo, como é feita a celebração do mistério de Cristo e da Igreja hoje, 20 anos após o Concílio Vaticano II.

# 1. A Sacrosanctum Concilium dentro das grandes linhas do Vaticano II

O Concílio Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII para atualizar a Igreja, para que a transmissão da mensagem do Evangelho fosse adaptada ao homem da segunda metade do século XX. Por isso, o Concílio caracterizou-se por seu caráter pastoral: traduzir a mensagem do Evangelho para o homem de hoje. Isso não quer dizer que tenha deixado de aprofundar e repropor a doutrina cristã, como o fez de fato nas quatro grandes Constituições.

Este objetivo pastoral vem expresso no Proêmio da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, por ter sido o primeiro documento do Concílio a ser promulgado. As grandes finalidades do Concílio eram assim expressas: "Fomentar sempre mais a vida cristã entre os fiéis; acomodar melhor às necessidades de nossa época as instituições que são suscetíveis de mudança; favorecer tudo o que possa contribuir para a união dos que crêem em Cristo; e promover tudo o que conduz ao chamamento de todos ao seio da Igreja" (1).

Entre as instituições suscetíveis e necessitadas de mudanças estava a

Liturgia. "Por isso, o Concílio julga ser seu dever cuidar de modo especial da reforma e do incremento da Liturgia" (2).

A questão da reforma e incremento da Liturgia proposta pela Sacrosanctum Concilium pode ser situada de modo mais amplo na proposta abrangente do Concílio. A Igreja (Lumen Gentium), iluminada e alimentada pela Palavra de Deus (Dei Verbum), celebra o mistério de Cristo e da Igreja (Sacrosanctum Concilium) e é enviada a realizar a sua vocação e missão no mundo (Gaudium et Spes). Assim, embora a Sacrosanctum Concilium tenha sido a primeira Constituição conciliar promulgada, insere-se bem no coração da mensagem conciliar. Ela constitui ponto de chegada, como expressão da vocação fundamental do homem, tornado filho de Deus na Igreja, e ponto de partida em sua missão no mundo. Os demais documentos conciliares desdobram apenas os diversos serviços decorrentes da vocação e da missão da Igreja.

#### 2. A Sacrosanctum Concilium

O fato de o tema da Liturgia ter sido tratado no início do Concílio teve suas vantagens e desvantagens. A vantagem foi que o tema teve lugar de destaque. A desvantagem foi que toda a caminhada, desde a abertura até a última sessão, não pôde ser contemplada no documento sobre a Liturgia. Assim a Eclesiologia presente na Gaudium et Spes, por exemplo, não pôde ser integrada na compreensão teológica da Liturgia.

Apesar disso, podemos dizer que houve uma grande evolução na compreensão da Liturgia. Passouse, em âmbito de Igreja mundial, de um conceito preponderantemente jurídico para uma concepção teológica. Os avanços alcançados no terreno da reflexão teológica, iniciados sobretudo por Odo Casel e já propostos por Pio XII na encíclica Mediator Dei em 1947, foram assumidos por toda a Igreja na Sacrosanctum Concilium. Mas, por causa dessa falta de amadurecimento da concepção teológica, percebemos uma certa defasagem entre a parte introdutória do documento, que fala sobre a natureza da Liturgia (até o n.º 21), e a parte que apresenta as orientações práticas para a sua reforma e incremento.

A idéia mestra que perpassa toda a Constituição sobre a Sagrada Liturgia é a compreensão da Liturgia como mistério de Cristo e da Igreja, à luz da teologia da Economia divina da salvação, teologia também subjacente ao documento Lumen Gentium sobre a Igreja. Daí que a compreensão da Liturgia se funda sobre o mistério pascal de Cristo (3). Esta obra de Cristo continua na Igreja através de suas várias presenças (4).

A Liturgia aparece, então, como o exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo na ação memorial simbólica da Igreja, realizando-se a santificação do homem e o perfeito culto ao Pai (5). Daí decorre que "toda celebração litúrgica é obra de Cristo sacerdote e de seu Corpo que é a Igreja" (6).

Portanto, à concepção de Liturgia do Vaticano II não está mais subjacente uma compreensão esteticista ou juridista, mas uma concepção teológica, fundada no mistério de Cristo e da Igreja, presencializado sacramentalmente ou simbolicamente, no sentido forte da palavra, por sinais sensíveis e significativos do mistério pascal de Cristo.

Mistério do culto de Cristo e da Igreja. Mistério no sentido bíblico e patrístico, que herdou sua significação da própria estrutura religiosa dos povos pagãos e na experiência religiosa do Povo de Deus do Antigo Testamento. O mistério consiste na realidade mais profunda, que vai além de toda compreensão e possibilidade de expressão do homem, da sua comunhão íntima com Deus: comunhão de amor, de vida e de felicidade. Onde o homem se encontra com Deus no amor, lá realiza-se o mistério; onde Deus e o homem convivem, tornam-se um só, aí realiza-se o mistério, como prolongamento e expressão do próprio Deus, que é mistério não tanto porque escape à compreensão do homem, mas mais porque é comunhão de amor na Unidade e na sua Santíssima Trindade. A Liturgia neste sentido nasce do próprio mistério do Deus Uno e Trino.

Segundo São Paulo, o mistério é o plano de Deus de fazer o homem participante de sua vida, de seu amor e de sua felicidade ou de sua glória, manifestado e realizado em Jesus Cristo e, por ele, nos homens(7). No Filho de Deus feito homem, Jesus Cristo, realizou-se ple-

namente o mistério de Deus, pois nele o divino e o humano tornaramse talmente um, que formam uma só pessoa. Mas para que esta união pudesse realizar-se plenamente em todos os homens, Jesus Cristo assumiu a todos em sua obediência até à morte e morte de Cruz, dando ao Pai a maior prova de amor de filho, amor este desfeito pela rebeldia do homem, querendo apropriar-se de sua filiação divina como de um direito. Para chegar à vida plena e à comunhão com Deus, o homem, a exemplo de Jesus Cristo, também terá que passar pela profunda experiência de sua condição humana, ou seja, de criatura, a morte.

Esta passagem da morte para a vida em Cristo Jesus pode realizar-se de muitos modos, mas realiza-se de modo sacramental através de ritos evocativos e significativos do mistério pascal de Cristo em suas diversas manifestações. Como os pagãos procuravam o encontro com as divindades através de ritos que imitavam os mitos, e tínhamos os mistérios do culto dos pagãos; assim como o Povo eleito colocava-se em comunhão de vida com Javé, revivendo a páscoa da libertação do Egito e da aliança do Sinai, através de ritos evocativos dessa ação salvadora de Deus em sua história, também os cristãos, os que crêem no mistério pascal salvador de Jesus Cristo, participam de sua morte redentora e realizam a nova e eterna aliança de vida com Deus através de ritos que evocam e atualizam o mistério pascal de Jesus Cristo. Temos, então, o mistério do culto cristão, do qual fala São Paulo na mesma carta aos Colossenses: "Com ele fostes sepultados no batismo e nele fostes também ressuscitados pela fé no poder de Deus que o ressuscitou dos mortos"(8).

Depois de definir a natureza da Liturgia, a Sacrosanctum Concilium lembra que, embora cume e fonte, a Liturgia não esgota toda a vida da Igreja. Existe o antes, como a pregação, o anúncio, a catequese, e o depois, como a ação da caridade, a ação no mundo(9).

Sendo a Liturgia tão importante na vida da Igreja, será necessário ajudar os fiéis a que realmente possam haurir com abundância dessa fonte. Daí as recomendações que seguem sobre o incremento e a necessidade de reforma da Sagrada Liturgia, como a participação plena consciente e ativa dos fiéis. A necessidade da instrução devida, a necessidade de os próprios pastores de almas estarem profundamente imbuídos do espírito e da força da Liturgia e dela se tornarem mestres(10). Segue a necessidade da formação de mestres em Sagrada Liturgia(11), da formação litúrgica nos seminários, nas casas religiosas de estudo, nas faculdades teológicas, procurando adquirir o espírito litúrgico em todas as suas dimensões(12), e a formação litúrgica dos sacerdotes que labutam na vinha do Senhor(13), e, através deles, a promoção da participação ativa interna e externa dos fiéis, segundo a idade, a condição, o gênero de vida, e grau de cultura religiosa(14).

Mas não basta uma formação litúrgica. Faz-se necessária uma reforma da Sagrada Liturgia, "a fim de que o povo cristão consiga com mais segurança, graças abundantes". "Pois a Liturgia, diz a Constituição, consta de uma parte imutável, divinamente instituída, e de partes suscetíveis de mudança. Estas, com o correr dos tempos, podem ou mesmo devem variar, se nelas se introduzir algo que não corresponda bem à natureza íntima da própria Liturgia, ou se estas partes se tornarem menos aptas. Com esta reforma, porém, o texto e as cerimônias devem ordenar-se de tal modo, que de fato exprimam claramente as coisas santas que eles significam e o povo cristão possa compreendêlas facilmente, na medida do possível, e também participar plena e ativamente da celebração comunitária"(15).

Deste princípio fundamental de manter o que é imutável, ou seja, os mistérios de Cristo celebrados, e da clareza e da simplicidade dos ritos, ou seja, da expressão ou linguagem da celebração dos mistérios, brotam os princípios gerais para a reforma litúrgica conciliar: manutenção da sã tradição e abertura de caminhos para um legítimo progresso(16). Para garantir a ortodoxia da sã tradição e do que é imutável na Sagrada Liturgia, a reforma é colocada sob a direção do magistério da Igreja(17).

Insiste-se no caráter bíblico na promoção da reforma litúrgica, pois é na Bíblia que a Igreja encontra a ilustração dos mistérios por ela celebrados(18).

O caráter comunitário e hierárquico das celebrações da "Igreja, que é o sacramento da unidade, isto é, o povo santo, unido e ordenado sob a direção dos Bispos" (19), em que cada qual, ministro ou fiel, ao desempenhar a sua função, faça tudo e só aquilo que pela natureza da coisa ou pelas normas litúrgicas lhe compete (20).

Para tanto os que exercem as diversas funções sejam devidamente instruídos(21).

Por sua vez, a índole didática e pastoral da Liturgia exige que as cerimônias resplandeçam de nobre simplicidade, sejam transparentes por sua brevidade e evitem as repetições inúteis, sejam acomodadas à compreensão dos fiéis e em geral não careçam de muitas explicações(22).

As cerimônias e as palavras apareçam intimamente conexas. Para tanto haja maior abundância de leituras bíblicas, a restauração do sentido da homilia, a catequese litúrgica, e a própria celebração da Palavra de Deus(23).

Embora se conserve a língua latina, abre-se caminho para as línguas vernáculas(24).

Finalmente, a Sacrosanctum Concilium fala da necessidade de adaptações na Liturgia, sejam adaptações menores, para os diversos grupos, regiões e povos(25), sejam adaptações mais profundas(26). Para levar avante toda uma pastoral litúrgica na Igreja serão precisas organizações nacionais, diocesanas e paroquiais neste sentido(27).

Depois de tratar dos princípios gerais, o Documento conciliar os aplica concretamente ao incremento e reforma do Sacrossanto Mistério Eucarístico, dos demais Sacramentos, do Ofício Divino, do Ano Litúrgico, da Música sacra e da Arte sacra e as sagradas alfaias(28).

#### 3. Uma caminhada de 25 anos

A Sacrosanctum Concilium foi imediatamente acolhida com grande entusiasmo. O uso do vernáculo modificou profundamente o estilo das celebrações. O altar com o sacerdote voltado para o povo, a presidência voltada para a assembléia criaram novo espaço e nova comunicação na assembléia litúrgica. Aboliu-se de imediato a dublagem que se havia introduzido na celebração da Missa. Criou-se agora o diálogo direto entre o Presidente e a assembléia. O canto das partes do Comum da Missa em vernáculo e o surgimento de novos cantos para o Próprio. Multiplicaram-se os cursos de Liturgia, com insistência na participação ativa dos fiéis, e o exercício das diversas funções, como o comentarista, os leitores, o animador do canto e o conjunto coral. Aos poucos foram sendo introduzidos também novos instrumentos, como o violão, em Missas de grupos. Além disso, foram-se realizando Encontros nacionais e regionais de Liturgia. A reflexão e a práxis litúrgicas tornaram-se vivas nos vários cursos do ISPAL, que surgiram um pouco em toda parte e que prestaram grande serviço à renovação litúrgica no Brasil.

Mas foram-se criando também algumas dificuldades e impasses. Enquanto a reforma oficial e central caminhava com certa lentidão compreensível, em toda parte, antes de aparecerem os novos Rituais reformulados, foi-se agindo mais ou menos por conta. Realizaram-se muitas experiências, às vezes superficiais e improvisadas, sem maior fundamentação. Quando então foram aparecendo os Rituais reformulados, nem sempre foi fácil acertar o passo entre a prática concreta suscitada e a proposta oficial.

Manifestou-se também outra tendência, a de aplicar simplesmente os novos Rituais, executando-os, sem se entrar no seu verdadeiro espírito. As Introduções teológicolitúrgico-pastorais não foram bastante aprofundadas, caindo-se por vezes num neolegalismo e num neorubricismo.

Faltou também uma maior formação litúrgica nos Seminários, por falta de Professores preparados e falta de aprofundamento dos sacerdotes já ativos na vinha do Senhor, de modo que muitos deles acabaram transformando-se em meros executores de ritos, esperando tudo de rápidos esquemas ou de folhetos litúrgicos.

Assim, depois do primeiro decêmio da Sacrosanctum Concilium, caiu-se num certo cansaço, a meu ver proveniente, em parte, da falta de um aprofundamento da natureza íntima da Liturgia. A participação ativa havia-se transformado na grande meta da pastoral litúrgica. Mas tratava-se demais de uma participação externa e muito verbosa; tratava-se mais de participação exterior dos gestos, cerimônias e can-

tos do que de vivência do mistério pascal de Cristo e da Igreja.

É verdade também que a mera tradução dos textos e a aplicação pura e simples dos Rituais não conseguiram satisfazer as necessidades da Igreja que havia caminhado a passos largos no decênio, sobretudo com o Plano da Pastoral de Conjunto proposta pelos Bispos do Brasil.

O Ofício Divino havia caído em descrédito e fora quase completamente abandonado pelo clero e os religiosos. As Congregações religiosas femininas, que antes do Concílio alimentavam sua oração comunitária sobretudo pelas devoções, procuraram adotar inicialmente o Ofício Divino, mas não encontrando alimento necessário nessa forma de oração, e não sendo devidamente preparadas para essa nova forma de oração aconselhada pelo Concílio, acabaram abandonando em grande parte a própria oração comunitária.

Mas, aos poucos, muitos grupos, sobretudo de religiosas, começaram a improvisar seu Ofício Divino ou oração comunitária, num esforço de criatividade que, por vezes, chegava a expressões muito ricas. Contudo tal criatividade improvisada também se tornava repetitiva, muitas vezes subjetiva, se não ideológica e cansativa.

O grande esforço de se traduzirem todos os textos dos Rituais reformados chegou ao seu final nos primeiros anos da década de setenta. O objetivo desse trabalho deveria ter sido não só uma tradução pura e simples, mas ao mesmo tempo uma versão adaptada para a celebração com o povo. Mas pelas limitações de pessoal, não chegou, talvez providencialmente, a realizar esta obra. Também não se conseguiu realizar a necessária iniciação pastoral às propostas feitas pelos diversos Rituais, muito menos uma adaptação dos Rituais à índole do nosso povo. É uma tarefa que ainda temos pela frente.

Devemos reconhecer, porém, que nem tudo foi negativo. Lembro o novo modo de se celebrarem os sacramentos. Houve grandes progressos no modo de celebrar o Batismo, com cursos de preparação; a Crisma bem preparada e celebrada; as celebrações comunitárias da Penitência, segundo o novo Ritual; passos enormes foram dados na celebração da Unção dos Enfermos, ligada à pastoral dos enfermos; maneiras ricas de se celebrarem as Ordenações, a Profissão religiosa e o Matrimônio; as encomendações e exéquias adquiriram novo sentido. Formaram-se Equipes de Liturgia em toda parte para animar as Celebrações eucarísticas; os cursos de Canto Pastoral se multiplicaram por toda parte. Com o aparecimento da Oração do Tempo Presente, parte do clero e comunidades de religiosos e religiosas foram aos poucos redescobrindo o valor e a riqueza da Oração comunitária. Não podemos esquecer as novas formas de Celebração da Palavra de Deus em toda parte. Pequenas comunidades religiosas inseridas no meio popular começam a rezar com o povo em novas formas de oração eclesial e em novo estilo de oração.

Queremos realçar ainda a série de Estudos e Documentos preparados pelo então Secretariado Nacional de Liturgia, e mais tarde pela Linha 4 da CNBB, sobre a Pastoral dos diversos sacramentos e sobre outros assuntos importantes de Liturgia. Prestaram enorme serviço na animação da vida litúrgica no Brasil. Se por um lado, a atenção da Igreja no Brasil se voltou para a dimensão profética e transformadora, a Liturgia esteve sempre presente na preocupação pastoral dos Bispos, dos sacerdotes e dos agentes de pastoral.

#### 4. A 20 anos do Concílio

Creio, porém, que devemos descer a uma análise mais profunda da caminhada da Igreja na América Latina e no Brasil, para penetrarmos no modo de a Igreja celebrar hoje o mistério de Cristo e da Igreja. Podemos dizer que hoje nos encontramos diante de uma questão litúrgica bastante grave.

A Igreja na América Latina e no Brasil, a partir do Concílio Vaticano II, passou por um grande processo de transformação, que naturalmente foi tendo seu reflexo sobre sua maneira de celebrar.

A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano celebrada em Medellín, em 1968, dentro da filosofia do desenvolvimento dos povos, tentou aplicar a doutrina do Vaticano II e da Populorum progressio à realidade da América Latina. Insistiu na necessidade do compromisso do cristão com a promoção do homem, e pediu uma Litur-

gia mais adaptada à índole do nosso povo e mais comprometida com a promoção social, ou seja, mais profética(29).

Depois veio, como ponto de chegada, o Sínodo dos Bispos de 1974 sobre a Evangelização, que se tornou também ponto de partida, com a Exortação apostólica Evangelii nuntiandi, de Paulo VI. Este documento pontifício abriu novas perspectivas para a compreensão da dimensão evangelizadora da Igreja, valorizando todas as expressões da Igreja, inclusive as CEBs, e propondo a evangelização das culturas.

Vem, então, a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, celebrada em Puebla, no México, em janeiro de 1979. Tinha por objetivo aplicar a Evangelii nuntiandi à realidade da América Latina. Por isso, o tema: A Evangelização no presente e no futuro da América Latina.

Seria longo elencar tudo o que lá se passou, em matéria de Liturgia. As CEBs já são uma realidade na Igreja da América Latina. Procura-se um aprofundamento do conhecimento sobre as culturas dos povos latino-americanos, reconhecendo-se o valor das tradições religiosas, sobretudo da piedade e da religiosidade popular; descobrem-se como nunca os grupos marginalizados e as grandes massas empobrecidas e oprimidas, desejosas de libertação integral; a Teologia da libertação está aí, e tudo desemboca na opção preferencial pelos pobres.

Diante de tudo isso, pedem os Bispos que a Liturgia seja mais adaptada à índole do nosso povo, que tome em consideração os valores da religiosidade popular; que se torne mais evangelizadora, mais profética e transformadora da realidade social, isto é, mais libertadora(30).

Podemos dizer, então, que a partir de Medellín, da Evangelii nuntiandi e de Puebla, foram lançados vários desafios à celebração do mistério de Cristo e da Igreja na América Latina e no Brasil. Talvez possamos sintetizá-los assim: Tudo deve contribuir para uma maior evangelização dos próprios agentes de pastoral e de todos os cristãos. Também a Liturgia, bem e adequadamente celebrada, deve e pode ajudar muito na missão da Igreja de evangelizar. A piedade popular, patrimônio de grande valor evangelizador dos povos da América Latina deve ser valorizada. Faz-se necessária uma nova conversão a ser procurada por todos. Deve-se acentuar a dimensão profética e transformadora da Igreja, que levará a um compromisso de transformação da sociedade e à opção preferencial pelos pobres.

Vemos que tal tomada de posição, que já era o desembocar de todo um processo de caminhada pastoral, apresenta-nos o desafio de uma integração entre Liturgia e ação evangelizadora e profética, entre a fé e o compromisso de vida cristã. Não é mais possível manter ou cultivar uma dicotomia entre Liturgia e ação transformadora, entre Liturgia e ação evangelizadora em toda a sua amplitude. Parece que se canoniza a busca de uma estreita união entre fé e vida, entre ação e celebração.

Toda esta caminhada da Igreja, de que os eventos apontados são apenas os marcos salientes, repercutiu de modo profundo e diverso sobre a maneira de celebrar.

Por outro lado, temos as pequenas comunidades de religiosos e sobretudo de religiosas, celebrando com o povo a sua caminhada, ou, como se diz, a sua vida. Temos as CEBs com sua vitalidade, celebrando o mistério pascal de Cristo em suas lutas e vitórias, à luz da Palavra de Deus. Surge também em certos ambientes a instrumentalização da Liturgia, reduzindo-a por vezes a mero instrumento de mentalização ideológica. Valorizam-se mais os ministérios na assembléia e surgem novos ministérios. Existe uma participação maior dos membros da assembléia. A participação da mulher na Liturgia em geral e em novos ministérios vai crescendo em toda parte.

Por outro lado, surgem também insatisfações: Sente-se a necessidade de maior aprofundamento da natureza da Liturgia, de maior adaptação da Liturgia à índole do povo latino-americano e brasileiro, a necessidade de valorizar mais os elementos da religiosidade popular, de uma inculturação maior para as etnias com outras raízes, como os índios, os negros e os orientais. Enfim, sente-se um distanciamento entre a práxis concreta da Liturgia, que percorre o seu caminho e a ordem jurídica da sua expressão, também necessária. Cria-se uma perigosa distinção entre Liturgia oficial e liturgia popular. A primeira, muito fixa, clerical, erudita, intelectual, verbosa, despojada e de certa maneira anacrônica, e a segunda, viva, popular, menos clerical, mais simbólica, e por vezes desordenada, improvisada e instrumentalizada.

Como reação reaparece cá e lá o neo-rubricismo, tanto em padres mais idosos como em jovens, que se transformam em executores de ritos e cerimônias ou meros executores de folhetos litúrgicos.

Como encontrar a verdadeira identidade da Liturgia nesta caminhada libertadora da Igreja na América Latina e no Brasil, e assim, celebrar realmente o mistério de Cristo e da Igreja? Isto constitui um novo desafio, que, a meu ver, só pode ser atingido, retomando a teologia da Liturgia dentro dessa realidade latino-americana.

#### 5. O mistério do culto de Cristo e da Igreja hoje no Brasil

Jesus Cristo e Igreja são os dois elementos fontais do mistério do culto ou da Liturgia. Não somente Jesus Cristo, nem somente a Igreja. Ora, na medida em que, através da história, um dos elementos componentes da Liturgia sofre mudanças em sua compreensão, esta mudança repercutirá naturalmente sobre a celebração, ou o mistério do culto. Assim, os mistérios de Cristo celebrados na Liturgia aparecem de formas diversas através da história. Uma vez realça-se mais o Cristo orante, depois a sua Encarnação, mais avante, sua Paixão, e em outras épocas, a sua ressurreição. Hoje, sobretudo a partir da práxis pas-

toral em favor do pobre e com o pobre na América Latina, vemos surgir uma nova Cristologia e uma nova Eclesiologia. Jesus aparece mais como o Libertador da humanidade, mais identificado com o pobre e o marginalizado, como o Profeta que denuncia as injustiças e promove uma sociedade mais justa e fraterna. Também a compreensão da Igreja passa por grandes transformações a partir do Concílio. Assim, passou-se de uma Igreja prevalentemente hierárquica para uma Igreja serviçal. Os leigos foram despertados para sua vocação e missão. Abriram-se para eles as portas dos ministérios, a partir da sua vocação batismal. A doutrina dos sacramentos passou por uma evolução muito grande. Está-se deixando a compreensão prevalentemente "ex opere operato", que levava a administração dos sacramentos, para uma compreensão dos sacramentos como celebrações de momentos fortes da vida experimentados como eventos pascais.

De modo semelhante, operou-se também uma grande transformação na compreensão do mistério pascal: passagem da morte para a vida. O mistério pascal, celebrado na Liturgia tem dois pólos fundantes: Jesus Cristo e Igreja. Mas Jesus Cristo e Igreja compreendidos hoje na experiência da fé do Povo de Deus. Como na caminhada do povo de Deus no Antigo Testamento, também hoje podemos distinguir dois elementos na compreensão da páscoa: a páscoa-fato e a páscoa-rito, ou a páscoa como evento histórico, que no povo de Israel se realizou em dois momentos fortes, ou seja, a páscoa

da libertação do Egito e a páscoa da aliança no Sinai, e a páscoa vivida no rito, que retoma o fato passado tornando-o presente, e se compromete novamente com ele para o futuro.

Na páscoa-fato cristã teremos que descobrir dois elementos: o evento histórico da morte e ressurreição de Jesus Cristo, que é síntese de todo o mistério de Cristo, e a páscoa do cristão, ou de todos os homens que crêem em Cristo ou, mesmo não conhecendo explicitamente a Jesus Cristo, vivem em sua vida experiências de passagem para o bem, e por isso, de comunhão com Deus. Estas passagens de situações piores para situações melhores, de situações menos humanas para situações mais humanas, por obra de Deus, estas experiências de páscoa podem darse nas mais diversas situações da vida humana, individual e comunitariamente. São passagens de situações menos humanas para situações mais humanas em nível da fé explícita em Cristo, acreditando que Deus nos enviou o seu Filho como Salvador, na vida nova pelo Batismo, no acesso ao Pai por Jesus Cristo no Espírito Santo, na vocação eclesial. Serão acontecimentos da história da comunidade, da nação, de um continente. A conquista da justiça, da posse da terra, do salário justo; a cultura, a satisfação das necessidades básicas da pessoa, como a vida, a saúde, a educação. Serão experiências de vitória sobre o egoísmo, o pecado; a comunhão com a Paixão de Cristo nos sofrimentos; experiências pascais, na experiência do amor, nas mais diversas formas humanas, as experiências pascais ligadas às bênçãos da natureza: o alimento, a chuva, o sol, o calor, o frio, percebidos como dons de Deus.

Ora, na caminhada libertadora do povo hoje, o mistério pascal é percebido de modo mais amplo. Tratase das experiências pascais do povo, das comunidades, percebidas na páscoa libertadora de Jesus Cristo. Sim, as experiências pascais dos membros de Cristo fazem parte ou são mistérios do Cristo total: Cabeça e membros. Jesus Cristo continua morrendo e ressuscitando na caminhada do povo. A páscoa-fato é toda esta realidade histórica, vivida. Por sua vez ela é celebrada pelo rito evocativo, atualizador e comprometedor que chamamos de Páscoa-rito, ou mistério do culto de Cristo e da Igreja.

Esta nova consciência do mistério pascal quer encontrar espaço de expressão na assembléia celebrativa, tanto nos textos (leituras, cantos e orações) como nos ritos ou seja nos símbolos que expressem toda essa realidade. Daí a dificuldade que surge, manifestada numa tensão muito natural. Por quase um milênio, as transformações na compreensão de Jesus Cristo e da Igreja, por causa da fixação da expressão litúrgica, não encontraram a expressão correspondente no âmbito da celebração da fé integrada na vida. E esta é uma das causas do surgimento das devoções populares. Na medida em que a Liturgia se tornar novamente popular, não haverá mais necessidade de expressões paralelas.

Mas não podemos cair no erro de acentuar exclusivamente um aspecto do mistério de Cristo ou da vida

da Igreja. A Liturgia ou o mistério do culto é sempre a celebração do Cristo total, Cabeça e membros, presente em toda a história da humanidade. A Liturgia abarca toda a história, o ontem, o hoje e o amanhã.

A Liturgia celebra a vida, sim, mas enquanto no rito ela evoca as experiências pascais dos indivíduos, das comunidades e de toda a humanidade, lançando-as e vivendo-as no mistério pascal de Jesus Cristo, de que todas as outras experiências pascais recebem luz, sentido e vida.

Na Liturgia celebra-se sempre a totalidade da vida da Igreja, abrangendo todas as suas dimensões. Isto transparece de maneira muito enriquecedora nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 1983-1986. Aí se diz que as diversas dimensões são facetas da mesma vida da Igreja. Elas não existem isoladamente. As seis linhas ou dimensões não podem ser tomadas em separado, nem paralelamente. Elas se interpenetram e fortalecem umas às outras(31).

Cada uma das dimensões possui, porém, sua identidade. Uma não pode ser reduzida à outra. Assim, deveremos distinguir o momento celebrativo ou a dimensão litúrgica, das demais dimensões. Será preciso distinguir a ação da Igreja pelo serviço comunitário e participativo, no anúncio, na catequese, no ecumenismo e diálogo religioso, e na ação profética e transformadora, do momento celebrativo. A Liturgia não é serviço comunitário e exercício dos ministérios em si, não é missão, não é catequese, não é ação ecumê-

nica e não é ação profética e transformadora. Mas ela celebra todas estas dimensões da vida da Igreja, pois nas diversas dimensões ela evoca o Cristo que serve, o Cristo que anuncia a boa nova, o Cristo que ensina, o Cristo que veio reunir a todos na unidade, o Cristo na sua ação profética e transformadora. Mais ainda, pela ação dos cristãos nas diversas dimensões da vida da Igreja, realizam-se experiências pessoais, à luz do mistério da vida da Igreja, realizam-se experiências pascais, à luz do mistério pascal de Cristo, que se tornam motivo ou objeto de celebração na páscoa-rito, ou no mistério do culto. Assim, a Liturgia, embora não se reduza à dimensão comunitária e participativa, celebra esta dimensão da vida da Igreja e é a expressão maior da comunhão e da participação. Ela não constitui a missão, mas tem caráter missionário, porque celebra a ação missionária dos cristãos. Ela não é catequese, mas profundamente catequética, porque faz da ação catequética objeto de celebração e porque sua vivência cultual constitui um aprofundamento da fé. Ela não é ação ecumênica e de diálogo religioso, mas é profundamente ecumênica, porque realiza a comunhão em Cristo, porque acolhe toda a ação de Deus nos homens de boa vontade, transformando-a em motivo de celebração e orando pela unidade de todos em Cristo Jesus.

O momento celebrativo ou a Liturgia não se identifica com a ação profética e transformadora da Igreja, mas esta dimensão está presente de muitos modos no momento celebrativo. Está presente, evocando o

Cristo profeta do Pai. Está presente porque a ação profética e transformadora dos cristãos são experiências pascais assumidas e expressas no rito. Está presente enquanto na própria Liturgia se proclama a Palavra de Deus, que tem sempre dimensão profética, denunciando o que se opõe ao Reino de Deus e exigindo uma vida de acordo com a Palavra de Deus proclamada. A dimensão profética e transformadora está presente ainda porque a experiência celebrativa em si mesma tem uma dimensão escatológica, que como tal, prenuncia e antecipa uma realidade última já presente. Desta forma ela denuncia toda forma de convívio humano que não corresponda ao que é celebrado. Finalmente, a dimensão profética e transformadora da Igreja está presente, enquanto toda celebração constitui uma renovação da aliança com Deus, uma renovação do compromisso de viver de acordo com aquilo que é celebrado.

Todas as dimensões da vida da Igreja deverão estar presentes na Liturgia, mas ela não se reduz a nenhuma delas e não pode ser instrumentalizada por nenhuma delas. O momento celebrativo expressa a experiência do Absoluto, a experiência do religioso. As cinco dimensões estarão presentes na Liturgia enquanto foram capazes de expressar a comunhão da comunidade com Deus através delas.

Devemos reconhecer também que, na caminhada histórica, acontece que uma ou outra dimensão da vida da Igreja será vivida com maior intensidade e, por isso mesmo, exigirá maior expressão no momento celebrativo. Este parece ser o caso da experiência da Igreja na linha da dimensão profética e transformadora na América Latina e no Brasil. Então será natural que esta dimensão tenha maior expressão no momento cultual.

## 6. Algumas conclusões

Se as nossas reflexões procedem, parece que podemos tirar algumas conclusões sobre o modo de celebrarmos hoje o mistério de Jesus Cristo e da Igreja.

A celebração será certamente marcada pela dimensão profética e transformadora, sobretudo nas comunidades religiosas chamadas a serem presença profética e transformadora na Igreja; isso vale não só para a Celebração eucarística, mas para os demais sacramentos e outras celebrações.

As nossas celebrações hoje passarão de alguma maneira pelo pobre, pelo marginalizado e oprimido, sacramento da presença de Cristo e revelação especial de Deus para a Igreja nos tempos que correm na história da Igreja na América Latina e no Brasil. Esta dimensão poderá estar presente na Liturgia de diversas formas. Na escolha e na interpretação das leituras bíblicas, na caracterização dos momentos mais livres para a criatividade litúrgica, como sejam o rito penitencial, as preces, o rito da preparação das oferendas, e na escolha dos cantos. Estará presente nos símbolos e gestos usados. E deverá aos poucos estar presente também na linguagem adaptada das orações e de ritos que melhor expressem a caminhada libertadora da Igreja na América Latina.

Outra conclusão. Sem forçarmos a adaptação imediata dos textos e dos ritos, podemos e devemos reler e vivenciar as Introduções dos diversos Rituais à luz da Cristologia e da Eclesiologia emergentes na América Latina e no Brasil.

Podemos vivenciar o mistério de Cristo e da Igreja na Celebração eucarística, nos Sacramentos e na Liturgia das Horas, deixando que a Palavra de Deus, os textos e os ritos em geral nos evoquem e atualizem o mistério de Cristo e da Igreja dentro da experiência pascal da Igreja em sua caminhada profética e transformadora. Basta muitas vezes que demos ouvido à voz do Espírito que fala.

Por outro lado, parece importante que deixemos os textos, os ritos e a maneira de celebrar evocarem a totalidade da vida da Igreja em todas as suas dimensões, sem instrumentalização ideológica, sem reducionismo a uma só dimensão, seja ela qual for. Neste sentido, parece que seria enriquecedor que na Equipe de Liturgia ou Equipes de celebração da Paróquia e das diversas comunidades, houvesse representantes das várias linhas de Pastoral. Cada qual poderia trazer para dentro da celebração a experiência pascal da respectiva dimensão ou linha, que assim se tornaria experiência pascal, no rito, de toda a comunidade eclesial.

A celebração do mistério de Cristo e da Igreja, para ser viva e eficaz,

certamente não depende em primeiro lugar de mudanças externas nos textos e nos ritos. Creio que podemos postular três aspectos para uma celebração frutuosa do mistério de Cristo e da Igreja, após 20 anos do Concílio:

Primeiro, um aprofundamento da natureza da Liturgia, à luz da Cristologia e da Eclesiologia emergentes na América Latina e no Brasil. Este aprofundamento situará a Liturgia no contexto da totalidade da vida da Igreja, distinguindo a dimensão celebrativa das demais e integrando todas elas no momento celebrativo.

Segundo, continuar praticando uma nova maneira de celebrar, a partir da caminhada libertadora da Igreja na América Latina e no Brasil. Será, então necessário reler os textos bíblicos a partir dessa ótica, ocupar os espaços existentes na celebração, expressando neles as diversas dimensões da vida da Igreja.

Terceiro, tentar, em comunhão com o Magistério da Igreja, em âmbito local, nacional e mundial, uma adaptação mais profunda da linguagem litúrgica às exigências da índole do povo brasileiro. Isso não se fará de um dia para o outro. Nessa tarefa é preciso que se unam diversas ciências humanas, como a antropologia, a psicologia, a sociologia religiosa, a história, a teologia e a ciência litúrgica.

Depois, devemos pensar ainda numa inculturação mais profunda da linguagem litúrgica, cultivando os valores dos grupos étnicos com raízes diversas da cultura européia, como os índios, os negros e os orientais.

Em todo caso, embora a linguagem seja elemento importante para a vivência do mistério de Cristo e da Igreja através do rito, sobretudo nós religiosos não podemos fazer depender tal experiência de mudanças externas desejadas e esperadas. Também na forma que possuímos é possível viver em profundidade o mistério de Cristo. Sem dúvida, a condição fundamental para que a celebração seja frutuosa é a atitude de conversão, deixando que Jesus Cristo, o primeiro agente da Liturgia, e o Espírito Santo ajam. Aprofundando o mistério de Cristo em nossa vida, deixando que "Cristo em nossa vida, deixando que "Cristo em nós seja a esperança da glória", poderemos, pelo nosso testemunho de vida, ajudar o povo de Deus com o qual caminhamos, a descobri-lo, a introduzir-se nele e a vivenciá-lo em sua vida.

### NOTAS

(1) SC, n. 1. (2) SC, n. 2. (3) "Esta obra da Redenção humana e da perfeita glorificação de Deus, da qual foram prelúdio as maravilhas divinas operadas no povo do Antigo Testamento, completou-a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal de sua sagrada Paixão, Ressurreição dos mortos e gloriosa Ascensão. Por este mistério, Cristo, morrendo, destruiu a nossa morte e resuscitando recuperou a nossa vida. Pois do lado de Cristo dormindo na cruz, nasceu o admirável sacramento de toda a Igreja" (SC, n. 5). (4) Cf. SC, ns. 6 e 7. (5) SC, n. 7. (6) SC, n. 7. (7) "Fui constituído ministro da Igreja em virtude do encargo que Deus me conferiu de anunciar em vosso benefício a realização da palavra de Deus, o mistério oculto desde os séculos e as gerações, mas agora revelado aos santos. Deus quis dar-lhes a conhecer a riqueza da glória deste mistério entre os pagãos, que é o próprio Cristo em vosso meio, a esperança da glória" (Cl 1,25-27). "Sejam enriquecidos da

plenitude de inteligência para conhecerem o mistério de Deus, Cristo, no qual estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e ciência" (Cl 2,2-3). "Nele habita toda a plenitude da divindade em forma corporal" (CI, 2,9). (8) CI 2,12. (9) Cf. SC, ns. 10-11. (10) Cf. SC, n. 14. (11) Cf. SC, n. 15. (12) Cf. SC, ns. 16 e 17. (13) Cf. SC, n. 18. (14) Cf. SC, n. 19. (15) SC, n. 21. (16)Cf. SC, n. 23. (17) Cf. SC, n. 22. (18) Cf. SC, n. 24. (19) Cf. SC, n. 26. (20)Cf. SC, n. 28. (21) Cf. SC, n. 29. (22) Cf. SC, n. 34. (23) Cf. SC, n. 35. (24) Cf. SC, n. 36. (25) Cf. SC, n. 40. (26) Cf. SC, n. 40. (27) Cf. SC, ns. 41-46. (28) Cf. SC, ns. 47-130. (29) Cf. Doc. de Medellín, 9. Liturgia, I,1; II,6,f. "A Liturgia deve adaptar-se ao gênio das diversas culturas e encarnar-se nele" (Ibidem, II,7,b). (30) Cf. Doc. de Puebla, ns. 892-963, principalmente, ns. 938-951. (31) Cf. Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. 1983-1986, n. 88 e no seu todo, os ns. 90-102.

## Modo de orar (1)

Leproso: "Senhor, se queres podes curar-me", Mt 8, 3. Não chega a ser um pedido. É um enunciado de consonância absoluta com a vontade do Senhor.

# O DESAFIO DO NOVO MOMENTO SÓCIO-POLÍTICO NACIONAL PARA A VIDA RELIGIOSA

Nenhuma mudança se dá espontaneamente ou no vazio.

O novo nasce sempre do velho.

Estamos convencidos de que um processo de gestação se iniciou para o Brasil, nos últimos anos.

Este é um momento privilegiado da história brasileira.

## Pe. Pedrinho A. Guareschi, CSSR Brasília, DF

Não é fácil fazer uma análise do momento sócio-político brasileiro no mês de fevereiro para ser lido em junho. Ainda mais nesse ano de 1987, no primeiro mês da Assembléia Nacional Constituinte. As coisas se precipitam. Muito mais rapidamente do que se pode imaginar. Corre-se o risco, por isso mesmo, de não ser entendido ao ser lido. A avalanche de fatos novos que dia a dia se registra, pode soterrar esta análise.

Diante dessa realidade, tentando evitar, o quanto possível, as influências conjunturais, faremos um esforço de captar as linhas centrais do processo, os contornos mais gerais, mostrando as tendências prováveis, baseados em generalizações que se podem prudentemente fazer. Ainda assim, corremos o risco de termos surpresas bruscas e abruptas. Não seria de estranhar que uma

ruptura radical se viesse a verificar nos próximos meses, ruptura essa que poderia atingir até mesmo o cume do poder político. Nesse exato momento há algumas nuvens negras sob o céu brasileiro, que poderão se dissipar normalmente, ou poderão se transformar em tempestades extremamente perigosas.

Dividimos o trabalho em três partes principais:

Num primeiro momento queremos colocar um parâmetro para podermos compreender e analisar os presentes desafios. Esse parâmetro nos dá a possibilidade de percebermos os elementos estruturais da sociedade. Somente com a definição desses elementos estruturais poderse-á perceber a importância e a gravidade das situações conjunturais, duma parte, e avaliar com segurança as medidas que deverão ser colocadas para uma verdadeira mudança e não apenas reforma, de outra. Tendo esse referencial como base, iremos discutir as diversas situações e desafios numa segunda parte.

Num segundo momento tentaremos analisar os principais desafios do momento presente. Em cada situação-desafio pode-se entrever a luta intensa que se está travando entre o "velho" que esteve e ainda está presente em nossa história, e o "novo" que está sendo gestado no presente momento. Nenhuma mudança se dá espontaneamente ou no vazio. O novo nasce sempre do velho, numa contínua reprodução. Mas estamos convencidos de que um processo de gestação se iniciou, tanto para a América Latina, como para o Brasil, nos últimos anos. Este é, sem dúvida, um momento privilegiado de nossa história brasileira. A crise se aprofundou sobremaneira. O "clamor surdo que brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação..." (Medellín; Pobreza, 2), "agora é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador" (Puebla, 89). Os "prenuncios do parto doloroso de uma civilização" (Medellín, Introdução), agora são mais claros.

Num terceiro momento, como conclusão, nos arriscaremos a dis-

cutir o compromisso da vida religiosa diante dessa realidade. Tentaremos ver a caminhada da Igreja a
partir do Vaticano II e Medellín,
passando por Puebla, até nossos
dias, nessas duas décadas marcadas
de "sangue e esperança". Queremos
ver como os desafios foram enfrentados, que estratégias foram usadas
e como os religiosos foram e poderão ser agentes de transformação
dessa história cheia de paixões e
ressurreições.

É nosso objetivo não apenas examinar o que está aí. É ver o que está aí, tentar compreender porque é assim, ver o que está mudando, porque está mudando e como nós, religiosos, poderemos participar desse processo de transformação.

Gostaríamos de deixar bem acentuado também, que toda análise é sempre uma análise parcial. Apenas alguns aspectos são vistos, na perspectiva de determinada pessoa. Outros verão outras coisas. Mas julgamos esses aspectos importantes a partir de nossa experiência. Nunca se pode escrever tudo, nem tudo o que se quer. É preciso optar, escolher. E escolher significa privilegiar alguns aspectos, excluindo outros. Privilegiamos os aspectos que julgamos poderão mais ajudar aos religiosos do Brasil a cumprir sua vocação e missão.

## I. ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA SOCIEDADE

É comum, principalmente em análises sociológicas, ficar o estudo apenas na descrição da conjuntura, isto é, na análise do momento presente, num corte no tempo. Mas se essa é a intenção imediata, saber o que está acontecendo agora, é necessário, para se compreender essa mesma situação presente, contextualizá-la ao menos em duas dimen-

sões: 1) descobrir os elementos estruturais básicos que sustentam esse fato; 2) relacionar o ponto que se quer discutir (no nosso caso, o momento sócio-político nacional) com outros campos afins, como sejam: a relação do sócio-político com o econômico, com o cultural, com o religioso, etc. Tem-se assim uma visão contextual e uma percepção estrutural mais completa. Aprofundando essas duas dimensões teremos também mais clareza e eficiência no momento em que quisermos interferir num sentido de mudança do que está aí.

### Elementos estruturais básicos da sociedade

Penso que quase todos conhecem o conto mitológico das Danaides, aquelas cinquenta moças que foram condenadas a passar toda a vida enchendo um tonel sem fundo. Muitas vezes tem-se a impressão de se estar assistindo a cena semelhante quando se vê tanta gente trabalhando, em nossas paróquias e comunidades, e nada de novo acontece. Fazem-se investimentos ingentes e as coisas continuam como estão. Por que isso?

Creio que uma resposta está na falta de compreensão clara da "máquina" do social. Fica-se trabalhando nas periferias do sistema, sem atingir sua veia principal. Com o objetivo, muitas vezes, de querer transformar, mudar o sistema, o que na verdade fazemos é colocar mais combustível na própria máquina desse sistema. Como é, pois, essa "máquina"?

Há uma afirmação popular que ninguém pode contestar: ninguém vive sem comer. Viver sem comer só por milagre, mas aí estaremos fora da ordem natural das coisas. Essa afirmação nos poderá ajudar a chegar à raiz dos problemas sociais. Toda sociedade tem sua raiz central fincada naquele setor que garante a sobrevivência das pessoas, isto é, a produção. Ela é o motor da sociedade. Sem produção, nada funciona, exatamente por que sem comer ninguém vive. A maneira como se conseguem as coisas para comer, beber, vestir-se, morar, etc. dá a característica básica a uma sociedade.

Vamos um pouco à frente. Essa "maneira" de conseguir as coisas para viver implica dois elementos essenciais, estruturais: dum lado as forças produtivas, isto é, o capital (os meios de produção) e a força de trabalho; doutro lado, a maneira como esses dois elementos se relacionam, isto é, as relações que se estabelecem entre o trabalho e o capital diferencia uma sociedade de outra. Por exemplo: numa propriedade familiar (de onde, diga-se de passagem, proveio a maioria das vocações religiosas do Brasil), a família é dona da terra e tudo o que produz fica para essa família. Já na maioria das famílias que vivem em cidades ou bairros, as pessoas trabalham no que não é delas (fábricas, empresas), e não ficam com o que fazem, mas com um salário. Essas "relações" que se estabelecem entre o capital e o trabalho definem o tipo de sociedade.

No Brasil, nós temos fundamentalmente o segundo tipo, isto é: as pessoas trabalham no que não é delas e o que elas fazem não fica para elas, mas recebem em troca um salário. Cada vez mais é isso que está acontecendo no Brasil: menos pessoas que ficam com capital sempre maior (concentração de terras, de fábricas, de bancos, etc.), e mais pessoas que só trabalham. Para ilustrar esse fato, é interessante ver o que aconteceu, por exemplo, com as propriedades familiares do Rio Grande do Sul. Em dois anos (de 1976 a 78), 62.000 famílias venderam sua terra. Eram 434.536 propriedades familiares em 76, e passaram a 371.966, em 78. Isso significa que mais de 300.000 pessoas, mais de 5% da população do Rio Grande do Sul, em 2 anos passaram de proprietários a assalariados. É verdade que 30%, mais ou menos, dessas famílias migraram para outros Estados e conseguiram outras terras. Mas 70% foram parar ao redor das grandes cidades, engrossando as periferias e mesmo as favelas.

Não há nada de errado, em si mesmo, em alguém trabalhar no que não é dele, apesar de ser importante que a pessoa esteja ciente do funcionamento todo da empresa e que participe de alguma maneira do planejamento e das decisões do que lhe diz respeito. O grande problema surge quando se procura analisar o salário que é pago. Esse salário, em geral pago em dinheiro, corresponde ao valor produzido pelo trabalho?

Aqui é importante dar-se conta duma realidade fundamental, que pode ser expressa numa frase de Leão XIII, na Rerum Novarum, que diz: "Nessa ordem de coisas, o trabalho tem tal fecundidade e eficácia que se pode afirmar, sem temor de erro, que ele é a fonte única de que dimana a riqueza das nações." (Ed. Organização Simões, RJ, 1950-Trad. de Carlos de Laet, pg. 30). Isso é surpreendente: o valor econômico é fruto exclusivamente do trabalho humano. Se não houvesse trabalho humano, não haveria riqueza além da natural. Mas a riqueza da natureza se esgota rapidamente, e muitas vezes ela só pode ser conseguida com o próprio trabalho humano. Conclui-se, pois, que tudo o que é produzido, é fruto do trabalho do homem. Sem trabalho não há riqueza.

E por que, então, o trabalhador não tem, em geral, o suficiente para viver dignamente? Será que ele não trabalha o suficiente, ou será por que, o que ele produz, não vale nada? Nada disso é verdade. Além do trabalhador brasileiro trabalhar, em média, mais que a maioria dos trabalhadores de outros países, o que ele produz tem o mesmo valor do produto deles. Acontece apenas que ele recebe somente uma parte do que produz. A essa relação que se estabelece entre o dono do capital que se apropria de parte do trabalho do trabalhador e o assalariado. chama-se relação de exploração. É importante dar-se conta de que apenas o trabalho pode ser explorado, pois é o trabalho a "fonte única da riqueza das nações."

Bem, é assim que funciona a "máquina" de nossa sociedade ca-

pitalista, que se chama capitalista exatamente porque ela inicialmente faz uma cisão, uma separação, entre os que detêm o capital (os meios de produção), que são cada vez menos, e os que trabalham, que são cada vez mais, ficando o poder de decisão e a maior parte dos lucros para o capital. A relação de exploração faz com que uns enriqueçam os outros. Pode-se adatar aqui muito bem a frase de João Paulo II no discurso inaugural de Puebla, depois incorporada ao documento: Há ricos cada vez mais ricos, às custas de pobres cada vez mais pobres. É fundamental ter isso em mente para se compreender melhor os desafios que serão discutidos na segunda parte: duma maneira ou outra, todos os problemas que vivemos hoje no Brasil, desde a Reforma Agrária até a Constituinte, passando pelas greves e pela organização popular, têm a ver com essa estrutura básica de nossa sociedade. São essas relações que estão em jogo e necessitam ser mudadas, transformadas.

É bom esclarecer, para evitar mal-entendidos, que nem todo o trabalhador é explorado. É explorado o que produz determinado valor e recebe menos do que o valor produzido. Há trabalhadores que recebem mais ou menos o que produzem, e outros que não produzem quase nada (os mal-empregados, funcionários públicos fantasmas, etc.), mas recebem uma grande quantia: para pagar essa quantia aos que pouco ou nada trabalham, é preciso tomar dinheiro dos que muito trabalham e pouco recebem...

#### Relação entre os diversos elementos da sociedade

Uma sociedade não é porém, apenas isso que acabamos de descrever, apesar de esses elementos serem os básicos. Relacionados a esses, surgiram inúmeras criações "culturais", ou superestruturais, que têm sempre alguma coisa a ver com essa base. Tomemos como exemplo as leis. Elas procuram regular as relações da base. Também as tradições, as ideologias. Surgiu também o Estado, com suas inúmeras instituições, como a escola, o exército, as entidades assistenciais, etc. Diante de todas essas "criações", devese impreterivelmente fazer a seguinte pergunta: Quem as criou, e para ajudar a quem? É certo que elas não surgiram por acaso. Elas respondem a interesses bem claros e distintos.

Numa sociedade como a nossa, que acabamos de descrever, é o Estado que resume em si o conjunto do político, do jurídico e do ideológico, isto é, todos esses elementos estruturais. O Estado é compreendido como sendo não tanto o poder de Estado (o governo, as pessoas que exercem alguma função executiva), mas principalmente os aparelhos de Estado, isto é, as instituições, a máquina burocrática. Esses aparelhos têm uma função ideológica, de persuasão, e também uma função repressiva, de coação. Numa sociedade como a nossa, o Estado é totalmente desvirtuado de suas funções, e passa a ser dominado pelos que detêm o capital, garantindo os interesses do capital. O Estado, que deveria ter como função essencial garantir o Bem Comum, isto é, o bem de toda a população, torna-se um estado classista, servindo os interesses de alguns apenas. É muito importante distinguir sempre entre o Estado como ele deveria ser, o responsável pelo Bem Comum de toda a sociedade, e o Estado como ele é de fato: na análise da prática do Estado pode-se perceber quem ele representa e a que interesses ele responde.

Todo acontecimento deve ser visto dentro dessa compreensão estrutural-global. Há sempre uma interrelação entre os diversos aspectos: o econômico, o político, o cultural, o religioso, o ideológico. Em alguns momentos, um desses elementos pode se tornar o preponderante. O importante é não reduzir a explicação dos acontecimentos sociais apenas a um desses elementos. Exemplo claro de "reducionismo" vemos, por exemplo, nos livros de Organização Social e Política quando se procura definir o Brasil como sendo uma "República Federativa, constituída de tantos Estados..." Não é errado dizer que o Brasil é uma República. Mas para compreendermos melhor o Brasil precisamos perguntar: Por que o Brasil é uma República? A resposta é: por que está na Constituição. E se perguntamos: Quem fez, quem escreveu a Constituição? A resposta a isso já nos vai

colocar na raiz histórica e estrutural de nossa sociedade, ao mostrar que tal Constituição é assim por que foi determinado grupo de pessoas (no caso a aristocracia rural) que a escreveu. Essa aristocracia rural nunca poderia, por exemplo, colocar na Constituição uma lei que garantisse o acesso à propriedade da terra a todas as pessoas, ou que a terra seria de quem nela trabalhasse. Agora que estamos em época de discussão para a confecção duma nova Constituição, é importante prestar atenção a quais os verdadeiros condicionamentos que influenciarão na nossa nova Carta constitucional.

Passamos à segunda parte de nosso trabalho. Na luta entre o "velho" e o "novo" temos sempre de remeter a questão a esse problema de fundo que acabamos de discutir: isso atinge, vem modificar as relações básicas do sistema? O caso da Reforma Agrária é evidente. O que é uma Reforma Agrária? É a mudança das relações de produção: em vez de haver uns poucos que possuem quase todas as terras e se enriquecem com o trabalho dos posseiros, meeiros, agregados, arrendatários, peões, bóias-frias, etc., querse que todas essas pessoas, entre 10 a 12 milhões de trabalhadores, possam trabalhar no que é delas e fiquem com o fruto principal de seu trabalho.

## II. OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO MOMENTO PRESENTE

Nessa segunda parte analisaremos alguns fatos mais importantes de nossa realidade, que se apresentam como desafios aos cristãos leigos e religiosos. Entre os inúmeros pon-

tos que poderiam ser discutidos, selecionamos quatro que nos dão uma amostragem do quadro geral: o crescimento da consciência e da organização popular, a Reforma

Agrária, a Constituinte e os Meios de Comunicação Social.

## O crescimento da consciência e da organização popular

No decorrer das refregas dos últimos anos vai-se tornando cada dia mais nítida e tomando contornos definidos uma realidade inegável: a consciência da existência duma contradição evidente dentro de nossa sociedade: poucos têm muito, cada vez mais, e muitos têm pouco, cada vez menos. Esses grupos de pessoas se materializam nos que detêm os meios de produção (o capital) e os que apenas possuem sua força de trabalho. Esta "brecha" que perpassa não só o Brasil, mas toda a América Latina, faz sacudir o Continente.

Os dados que vêm comprovar essa realidade são claros. São 38 milhões de brasileiros em estado de miséria absoluta, recebendo menos de um salário mínimo, e 32 milhões em estado de pobreza, recebendo menos de dois salários (Hélio Jaguaribe: Brasil-ano 2.000). Doutro lado há 5 milhões de brasileiros que ganham mais que esses 70 milhões juntos.

No campo, 1,2% dos proprietários possuem a metade das terras agriculturáveis, ao passo que 50,4% das propriedades rurais correspondem a apenas 2,4% das terras agriculturáveis. Esses minifundistas, com terras insuficientes para garantir o bem-estar de sua família, junto com os trabalhadores rurais e os Sem-Terra perfazem um total de 12 milhões de trabalhadores.

Também no campo político as decisões principais são tomadas por um grupo reduzidíssimo de pessoas. Na própria escolha dos que querem se candidatar a cargos políticos há mecanismos de controle, onde menos de 0,5% dos eleitores decidem quem poderá ser candidato: os pertencentes aos diretórios de partido.

Some-se a isso a grande massa de mais de 30 milhões de analfabetos, com mais de 15 anos, que se vêem excluídos da possibilidade de competir em pé de igualdade com outras pessoas.

Essas contradições vão se tornando mais patentes e mostram que a crise no sistema vai se tornando iminente. Por mais que se ocultem essas contradições, com a própria complacência dos meios de comunicação e do governo, alguma coisa sempre vem a público. Essa notícia vai formando consciência e opinião entre as populações que aos poucos se vão dando conta do processo de pauperização por que vão passando e começando a se organizar para resistir a esse processo. O importante é que a consciência dessa situação está crescendo, mesmo entre essa população empobrecida e carente dos bairros e do interior.

Ao lado desse crescimento da consciência da disparidade, da discriminação e da injustiça, percebese, por todo o país, um crescimento significativo da organização popular.

Talvez o tipo de organização que mais cresça, seja a sindical. Isso apesar de no Brasil ainda não existirem sindicatos verdadeiros, pois pela lei sindical, eles estão amarrados ao Estado, são aparelhos de Estado, dependendo dele, e regulados por uma lei exarada pelo Estado. Isso contradiz a própria essência e definição dum sindicato verdadeiro e autêntico, que deve ser autônomo e livre.

Mas em meio a todas essas dificuldades, os trabalhadores se deram conta de que somente através de sua organização poderiam mudar as relações de exploração de seu trabalho, e participar, em parte, dos lucros e direção das empresas. Partiram para a criação de sindicatos alternativos que aos poucos foram tomando o lugar dos sindicatos oficiais ou "pelegos". Ainda mais: iniciaram a criação de centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral de Trabalhadores (CGT) para poderem, unidos, ter mais força de luta. Apesar de serem consideradas ilegais, essas centrais existem e são toleradas: a lei se defasou, foi levada de roldão. Esse é um belo exemplo de como as estruturas podem ser transformadas pela prática, quando há união e solidariedade das pessoas.

Também no campo os trabalhadores estão descobrindo a força da
união e da coesão. Um dos sinais
mais lindos do "novo" que desponta é sem dúvida a organização dos
Sem Terra. Esse Movimento nasceu da coragem e da esperança dos
que foram expulsos da terra, ou pelos grandes proprietários ou por
obras do governo (barragens, hidrelétricas), e dos milhões de famílias
jovens que desejam um pedaço de

terra para garantir seu sustento. Os Sem Terra já estão organizados em 18 Estados do Brasil, e começam a ter representação parlamentar. Sua luta é difícil, demorada e dolorosa. Lutando e crescendo, de acampamento em acampamento, de ocupação em ocupação, até que consigam um assentamento em alguma terra e comecem a trabalhar. Eles estão fazendo a única Reforma Agrária desse país. Se não fosse sua organização e força de pressão, nada ou quase nada teria acontecido. Ao lado dos sindicatos rurais, eles conseguiram mobilizar milhões de brasileiros. No ano de 1986 deveriam ter sido assentadas 150.000 famílias, em 4 milhões de hectares de terra. Na realidade foram assentadas 9.500 famílias, com 900.000 ha de terra desapropriados, sendo que desses 900.000 ha., apenas 300.000 tiveram emissão de posse. Mais de 90% das famílias assentadas foram famílias de "Sem Terra" que estavam ou acampadas ou mobilizadas pela organização.

Mas não são só os "Sem Terra" que se estão congregando. Também os favelados, os sem teto, iniciam por toda parte sua luta e organização. Os mutuários do BNH deram também um belo exemplo de organização, não permitindo que suas prestações, já bastante altas, subissem além do seu salário.

Entre os mais despossuídos e os mais marginalizados da sociedade estão os "sem trabalho". Em centenas de lugares, principalmente nas vilas periféricas das grandes cidades, eles se organizam, duma parte, para reivindicar o direito ao traba-

lho e, doutra parte, para juntos inventarem maneiras de sobreviver, através do "pão comunitário" feito em fornos comuns para garantir a sobrevivência.

Se juntarmos a todas essas formas de organização, as associações de moradores, os clubes de mães, os grêmios estudantis e dezenas de outras formas de organização, vamos perceber que há algo de novo para nascer. No meio do povo pobre está sendo gestado um novo porvir.

Todas essas formas de organização, quando remetidas ao esquema de análise da primeira parte, mostram que há um desejo forte de criar novas relações sociais. As relações de dominação, garantidas pelo capital, estão sendo questionadas e em seu lugar começam a surgir relações igualitárias, de fraternidade e justiça, como se percebe nitidamente nos sindicatos alternativos, nos acampamentos dos Sem Terra, nas associações comunitárias de bairro. Quem visita, por exemplo, um acampamento de Sem Terra, fica impressionado com a nova rede de relações sociais que aí existe: as coisas são definidas em assembléia, cada um assume suas tarefas, todos têm direito a voz e voto, os ganhos e perdas são assumidos comunitariamente, etc. É dessa maneira que o "velho" vai sendo destruído e uma nova sociedade vai sendo edificada.

## 2) A Reforma Agrária

Talvez não haja situação em que melhor se perceba a confrontação entre o "velho" e o "novo", do que no problema da Reforma Agrária. O fato de fazer com que as pessoas possam trabalhar em sua terra (particular ou comunitária), e que elas sejam donas do que produzem, vem ferir em cheio o sistema capitalista. A Reforma Agrária muda as relações essenciais desse modo de produção, pois muda a relação de dominação (em que alguns são donos e outros trabalham) e a relação de exploração (em que os donos do capital se apropriam de grande parte do trabalho dos trabalhadores). Não é de se estranhar, pois, que o "velho" se organize e tente resistir a qualquer mudança nesse setor, pois a terra é o ponto nevrálgico em qualquer sociedade, sendo da terra que provêm todos os bens.

A história da Reforma Agrária, nos últimos dois anos, está cheia de avanços e recuos, e mostra como será difícil essa luta pela justiça na terra. Diante da tímida proposta do Governo, os donos da terra imediatamente se aglutinaram em torno da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), ou de sociedades de direito privado, destacando-se entre estas a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), e alguns meses depois, a mais virulenta e ameaçadora, a União Democrática Ruralista (UDR). Foi a UDR que mais demonstrou sua vontade de impedir qualquer mudança. Se formos examinar sua história, vemos como essa associação foi dando passos estratégicos, corrigindo suas primeiras colocações e tentando se legitimar diante da opinião pública, mas sempre escamoteando seus verdadeiros interesses. As primeiras notícias,

após sua criação, davam conta de que a UDR estava fazendo leilões de gado para comprar armas, no intuito de impedir a Reforma Agrária. Quando se tornou público que isso significava a criação dum exército paralelo, paramilitar, a UDR mudou imediatamente o discurso. Passou a dizer que os leilões eram para angariar recursos para se defender na justiça contra os processos de desapropriação. Ao perceber, porém, que isso no fundo significava uma vontade de comprar a Justiça, e que uma verdadeira Justiça não se vende por dinheiro, mudou seus argumentos. Os leilões seriam agora para fazer a campanha dos que iriam' se candidatar para a Constituinte, para defender o direito de propriedade e a manutenção do latifundio. Certamente muito dinheiro foi gasto na eleição de vários constituintes, principalmente nos Estados do Norte e Centro-Oeste. Hoje a estratégia da UDR é outra: os seus próceres já afirmam que são a favor da Reforma Agrária, mas duma Reforma Agrária em terras do Governo, e que não venha atingir seus interesses. Junto a isso, empregam várias táticas escusas, como a de atrair para si, como seus aliados, os pequenos produtores, que segundo a UDR, estariam sendo ameaçados de perder suas terras pela Reforma Agrária. O pequeno agricultor, entre apavorado e ingênuo, acredita em seu discurso e se transforma em massa de manobra e sustentação política desse pequeno grupo de grandes latifundiários que promovem passeatas e concentrações nas costas do pequeno produtor. Não contente com tudo isso,

a UDR continua lutando pela desmoralização dos órgãos que, mesmo precariamente, poderiam fazer acontecer em parte a Reforma Agrária, como o Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A luta encarnicada para derrubar o Ministro Nelson Ribeiro e, pouco antes, o Presidente do INCRA, José Gomes da Silva, foi uma amostra clara do poder de fogo dos donos das terras. Agora a luta é contra o atual Ministro, mais moderado, e principalmente contra o atual Presidente do INCRA, procurando desmoralizar o órgão, trazendo mais dificuldades do que as já existentes. Nessa luta de impedir que algo de novo aconteça, estão até pessoas bastante próximas do Palácio do Planalto. Para as forças da manutenção do "status quo", é importante que Ministros e Presidentes do INCRA sejam destituídos de tempos em tempos, pois tudo volta à estaca zero e tudo tem de começar do início. Com isso se ganha tempo, e a Reforma Agrária fica sempre mais protelada.

Não se pode deixar de dizer também que o próprio Governo mostrou-se muito mais aberto às sugestões das forças reacionárias, que queriam impedir uma Reforma Agrária massiva e urgente, do que às propostas das grandes massas populares representadas pela Contag, pelos Sem Terra, pela Igreja, OAB, etc. Tanto o Decreto de Aprovação do Plano Nacional da Reforma Agrária, a 10 de outubro de 1985, como a assinatura dos Decretos de criação das Comissões Regionais, em maio de 1986, trouxeram consigo inúmeras cláusulas que, ou impediam, ou emperravam o processo. Prova clara disso são os inúmeros processos de desapropriação que estão na Justiça: dos 900.000 ha. de terra desapropriados, 600.000 estão em processo na Justiça, tendo havido emissão de posse de apenas 300.000 ha.

Uma Reforma Agrária verdadeira significa uma mudança qualitativa do sistema. Significa a mudança das relações estruturais de dominação e exploração. Não é de se estranhar que ela esteja tomando contornos tão violentos. O "velho" resiste como pode, e são muitos os que já derramaram seu sangue para que possa acontecer a libertação de milhões de famílias em extrema pobreza. Com intuição profética falou o nosso querido Papa João Paulo II: "A Reforma Agrária não pode fracassar... pois é um problema de justiça social e dela depende o futuro da democracia".

## 3) A Constitutinte

A luta entre o "velho" e o "novo" se mostra clara também no atual processo da Constituinte. A análise dos avanços e recuos mostra o combate surdo que se trava em nossa sociedade, para tentar fazer com que tudo continue sempre o mesmo.

A idéia da Constituinte nasceu no mar de povo que as "diretas já" fizeram nascer. No bojo das promessas propaladas pelos promotores dos comícios estava, além da eleição direta para Presidente e Governadores, a idéia duma nova Consti-

tuição. Talvez tenha sido por isso que, até líderes lúcidos do PT, que não se deixam envolver por demagogia, aderiram aos comícios das "diretas já." Mas a história posterior mostrou como as esperanças populares foram sendo frustradas, e como as promessas foram sendo "adaptadas", "esvaziadas."

No caso da eleição direta para Presidente, logo depois que os partidos de "oposição" (PMDB e PFL) perceberam que poderiam derrotar o PDS e eleger um de seus homens para o governo, começaram a escamotear a promessa da eleição direta e a inventar "perigos" que poderiam advir se ela acontecesse. "Prudentemente" acharam melhor partir para a eleição indireta, através do colégio eleitoral que repetiu a farsa das eleições que já vinham sendo feitas há 2 anos. Alguns líderes esclarecidos de partidos se recusaram a aderir e acharam a eleição indireta uma traição ao povo. Houve partidos que chegaram a rachar, perdendo grande parte de seus membros, para poder continuar coerentes com a promessa feita ao povo.

Continuou, porém, firme a proposta duma Nova Constituição que viria varrer da atual Carta as distorções autoritárias e anti-democráticas que privilegiavam uma aristocracia. Começa, então, a luta por uma Constituinte verdadeiramente popular. Acompanhemos os passos dessa epopéia.

O Governo Sarney não podia frustrar toda uma população que esperava uma Nova Constituição. Mas também não poderia permitir que houvesse mudanças mais pro-

fundas que viessem trazer uma transformação radical. A sociedade começa a discutir a maneira de ser da Constituinte, se deveria ser uma Constituinte exclusiva, eleita só para escrever a Constituição, ou uma Constituinte congressual, onde os eleitos para o Congresso seriam também os que escreveriam a Constituição. A sociedade civil e as forças populares, em sua grande maioria, pendiam para uma Constituinte exclusiva que faria a Nova Carta, convocando depois, eleições para os diversos cargos. Mas isso seria perigoso para as forças da manutenção do "status quo". O Presidente Sarney manda uma mensagem ao Congresso, propondo que os que fossem eleitos em novembro de 86, seriam também os Constituintes para escrever a Constituição, e continuar depois, por mais 3 ou 7 anos, como Deputados ou Senadores. Todos perceberam as implicações que viriam daí: o Congresso se esvaziaria durante 6 meses enquanto os Deputados e Senadores fariam a campanha para se reeleger; além disso, quem fosse eleito, iria legislar em causa própria, pois continuaria Deputado e Senador, dentro duma legislação que ele próprio fizera. Havia ainda o perigo de colocar os interesses dos partidos acima dos interesses do povo. Além disso, muitos Deputados e Senadores pouca ligação tinham com a população.

A reação popular, manifestada apenas em parte devido à dificuldade de organização fez contudo com que o relator da emenda governamental, pressionado pelas bases, propusesse um plebiscito para que

o povo decidisse que tipo de Constituinte queria. Mas nem isso se permitiu: o relator, do próprio PMDB, foi destituído de suas funções, e em seu lugar foi colocado outro que obedeceu ao jogo montado, às instruções do Governo e aos mandantes do Partido. Para frustração da grande maioria, foi aprovada a Constituinte Congressual... Uma primeira derrota do povo.

Durante todo o segundo semestre de 86, a Câmara e o Senado ficam vazios, pois seus ocupantes estão empenhados em fazer campanha para sua reeleição. A força do poder econômico e do prestígio político dos atuais Deputados e Senadores se fazem claramente presentes na campanha eleitoral. Apesar de tudo isso, apenas 33% dos antigos Deputados e Senadores são reeleitos. O poder econômico consegue eleger um grande número de novos, mas ao mesmo tempo as forças populares trazem para a Constituinte elementos fortes, ligados às organizações populares e aos sindicatos, que tentarão travar uma luta decidida para possíveis mudanças de fundo na nova Carta.

O que se está notando hoje, no início dos trabalhos da Constituinte, é uma luta surda dos "velhos" tentando "socializar" os recémchegados. Há toda uma conspiração dos "entendidos", de "velhas raposas" acostumadas aos macetes parlamentares, especialistas em dar a impressão de que algo de novo se está fazendo para acalmar os que querem mudanças mais profundas. Mas no fechar o pano, tudo conti-

nuaria como antes. A resistência dos "novos" está sendo testada. Sua inexperiência nessa difícil tarefa da política, onde todas as armas são usadas e todas as estratégias são permitidas, está fazendo com que eles se sintam ainda um tanto desorientados. Fica a pergunta se eles conseguirão resistir à cooptação da "máquina burocrática" e manter seu compromisso fundamental com o povo. É o que os próximos meses vão mostrar.

No dia da instalação da Constituinte mal se podia diferenciar entre o que se estava assistindo da inauguração, e a copa mundial de futebol: o mesmo esquema "global"! Belos coloridos, desfiles pomposos e suntuosos, mas vazios de conteúdo. Os velhos figurões desfilando diante das câmaras. Mas o povo isolado, fora do recinto, merecendo uma ou outra vez, uma tomada geral. Assistiremos a mais um espetáculo do "velho" para o povo?

Apesar de a "letra" da Constituição pouco significar para que as coisas realmente aconteçam, uma verbalização clara dos direitos fundamentais do povo, superando as discriminações e injustiças, seria sempre um passo à frente. Resta ver o quanto de "novo", de mudança estrutural, a nova Carta poderá trazer à sociedade brasileira.

## Os Meios de Comunicação social em meio à refrega

Em qualquer análise da sociedade, por superficial que seja, não se pode deixar de lado a variável "meios de comunicação social". Numa sociedade como a nossa, cada vez mais baseada no simbólico, os meios de comunicação possuem um papel fundamental: são eles que "constroem" a realidade, são eles que passam a definir o que "existe" e o que "deixa de existir". Surpreendemo-nos, às vezes, ao nos darmos conta de que a realidade, até para nós passa a ser o que é comunicado. Uma coisa existe se é veiculada, se dela se dá notícia; deixa de existir se não é veiculada pela comunicação.

Fica claro, pois, que se é a comunicação que constrói a realidade, é ela também que detém o poder: quem detém a comunicação, detém o poder.

Numa análise rápida do caso brasileiro, constatamos que a maioria absoluta dos meios de comunicação estão na mão de pouquíssimas pessoas, detentores de verdadeiros impérios. São eles, na realidade, o verdadeiro poder no Brasil. É inacreditável que nosso país dependa de um tão reduzido número de "proprietários" dos meios de produção da comunicação. Se nosso sistema capitalista é concentrador nos meios de produção em geral, muito mais o é na comunicação.

Surge daqui uma questão muito séria: até que ponto um país, dominado em sua comunicação por um número tão reduzido de pessoas, pode ainda ser democrático? Se a comunicação é tão importante e essencial, a ponto de chegar a construir a "realidade" simbólica e ter em si tal poder, por esse mesmo motivo é prudente deixar tal aparelho nas mãos de apenas alguns?

Temos para nós que, se há um meio de produção que deva imediatamente ser socializado, isto é, ser colocado a serviço de toda nação e de todos os grupos organizados, esse meio é o da comunicação. O direito à comunicação não é apenas o direito de trocar de canal de TV, ou de mudar de estação de rádio: é principalmente o direito de alguém poder dizer sua palavra, ouvir sua voz. Na nossa realidade são pouquíssimos os que têm esse direito. Os meios de comunicação no Brasil não são democráticos. Veiculam apenas o pensamento, a voz, a opinião e o modo de vida dum pequeno grupo que se diz detentor da verdade e da cultura brasileira.

É interessante, finalmente, ver como os meios de comunicação estão tratando o problema da Constituinte. Inicialmente houve uma campanha bastante intensa para desmoralizar a Constituinte. Não se

sabe a mando de quem, mas foi passada à população em geral, a idéia de que os Constituintes estavam sem fazer nada, apenas ganhando dinheiro à custa do povo. Tem-se a impressão de que essa campanha fazia parte da desmoralização mais geral da Constituinte como um todo, no receio de que talvez algo de novo viesse a ser produzido pelo grupo dos recém-chegados. A reação contra esse processo de criação duma imagem negativa, por parte dos Constituintes, foi bastante rápida, e tem-se a impressão de que as pazes estão sendo feitas novamente. Resta ver o quanto de soberania e coragem terão nossos Representantes para nos fornecerem uma legislação realmente democrática sobre os meios de comunicação, de modo que todos os setores da sociedade possam ter o direito de expressar seu pensamento, fazer ouvir sua voz e ter participação na própria construção da sociedade brasileira.

## III. O RELGIOSO DIANTE DO DESAFIO DA SITUAÇÃO PRESENTE

Nessa terceira parte desejamos refletir sobre o papel que cabe aos religiosos ante essa realidade. Vimos, na primeira parte, o funcionamento da "máquina" que, com suas relações estruturais vai excluindo cada vez mais as pessoas da posse dos meios de produção para, após isso, passar a explorá-los, retribuindo seu trabalho com preço abaixo do justo. Na segunda parte aprofundamos alguns dos principais desafios que ora se apresentam à sociedade brasileira, submetendo-os, para sua compreensão global, ao referencial teórico da primeira parte: isso nos

mostrava se eles apenas contribuem para manter a realidade atual, ou se podem levar a transformações estruturais; são as várias forças em luta, digladiando-se entre o "velho" e o "novo", na peleja constante dos possíveis nascimentos.

Queremos discutir agora, como a Igreja e os religiosos dentro dela, na América Latina e no Brasil, se colocam diante dos desafios dessa realidade. Tentaremos mostrar que a Igreja fez uma caminhada longa e difícil, guiada pelo Espírito Santo, buscando apoio naqueles que po-

deriam ajudá-la nesse difícil caminhar: os pobres e os que com a Igreja e com os pobres se solidarizavam.

O final da década de 50 e o início da década de 60 vêem surgir, na Igreja e na América Latina, fenômenos substancialmente novos. Da parte da Igreja, o Concílio Vaticano II, reunindo pastores de todo o mundo para pensar sua atuação pastoral dentro dos novos tempos; da parte da América Latina, os inícios duma tentativa de libertar-se das garras da miséria e da pobreza. Após a Revolução Cubana, em 1959, os EE.UU. lançam, para toda a América Latina, o programa da Aliança para o Progresso, declarando a década de 60 como sendo "Década do Desenvolvimento". O programa se propunha erradicar o analfabetismo da maioria dos países e a remessa de mantimentos para matar a fome dos milhões de subnutridos. Permanecia, no fundo, a idéia de que a América Latina era pobre porque seu povo não tinha capacidade suficiente para se desenvolver, como bem tentavam mostrar os teóricos do desenvolvimento como Everett Hagen, Daniel Lerner, David McClelland e outros. Tinha-se como certo que o caminho trilhado pelos EE.UU. e os outros países desenvolvidos era o único que poderia levar ao desenvolvimento; o problema era apenas imitar os passos, como pretendia demonstrar Walt Rostow em seu livro "Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um manifesto não-comunista".

Chega-se ao final da década de 60 com uma pobreza muito maior que

no seu início. A Aliança para o Progresso chega a um rotundo fracasso. Os EE.UU. espalham pela América Latina a Doutrina da Segurança Nacional que consiste em estabelecer dentro dos diversos países governos fortes para preserválos do "inimigo" (o comunismo internacional), enquanto eles cuidariam da defesa externa desses mesmos países. Temos assim a instalação de governos militares em quase todos os países da América Latina.

Toma-se consciência, cada vez mais, de que se há países desenvolvidos e outros subdesenvolvidos, isso se dá por uma relação que se estabelece entre eles: os desenvolvidos crescem à custa dos sub-desenvolvidos que através de relações comerciais injustas são explorados e se tornam dependentes política e economicamente. A teoria da dependência mostra que os países desenvolvidos nunca foram sub-desenvolvidos, isto é, explorados, mas apenas não-desenvolvidos, sem terem sofrido uma relação de dependência.

Da parte da Igreja, temos o acontecimento de Medellín, em 1968, onde os Pastores se reúnem para aplicar o Vaticano II à situação da América Latina. Percebe-se, nas Conclusões de Medellín, elementos novos que irão embasar a caminhada de atualização e renovação da ação pastoral da Igreja. Conceitos como "pecado social", "estruturas de pecado" e "opção preferencial pelos pobres" demonstram, duma parte, uma nova maneira de ver a realidade, e de outra, uma nova estratégia de ação. Os termos "pecado social", "estruturas de pecado"

evidenciam a dimensão supra-individual das distorsões da sociedade e sugerem que uma ação apenas individualizadora e psicologizante não virá corrigir relações estruturais. É necessário pensar em ações organizadas para a superação desse pecado sistêmico. A expressão "opção preferencial pelos pobres", ainda confusa e titubeante, alvo, de imediato, de ataques candentes e irados, tentava mostrar uma direção estratégica para a ação pastoral da Igreja.

Nos onze anos que se passaram entre Medellín e Puebla, muito trabalho se realizou, muito sangue veio fecundar o campo de ação de nosso Continente. O caminho trilhado pelos pobres e pelos Pastores e padres com eles comprometidos, veio trazer mais luzes na caminhada, e mostrar como uma Igreja pode ser profética e evangélica nos dias de hoje. Centenas de cristãos, padres, religiosos e leigos, derramaram seu sangue na fé e na esperança de serem fiéis às inspirações do Espírito que os chamava à luta amorosa pela justiça e pela fraternidade.

A partir de Puebla, em 1979, e nos inícios da década de 80, principalmente após a Encíclica Laborem Exercens, fica mais clara a caminhada da Igreja na América Latina. Há expressões do Documento de Puebla que ajudam a compreender o "novo" da ação pastoral da Igreja. Quando o Papa afirma, por exemplo, em seu discurso inaugural, que há países ricos cada vez mais ricos, às custas de pobres cada vez mais pobres (expressão essa incorporada depois ao próprio Documento n.º 30), conclui-se que a interpretação que se deve dar ao subdesenvolvimento da América Latina, não é nem psicologizante nem individualizadora, mas histórico-estrutural. Há entre os ricos e os pobres uma relação íntima: são os empobrecidos e os enriquecidos. Essa compreensão estrutural é fundamental para uma estratégia de ação que seja verdadeiramente transformadora.

Ao mesmo tempo, essa expressão vem lançar nova luz sobre o significado da expressão "opção preferencial pelos pobres." Na Laborem Exercens os pobres aparecem, quase sempre, como "resultado da violação do trabalho humano." A opção preferencial pelos pobres, consequentemente, para ser concreta e eficaz no atual momento histórico, há de ser explicitada como opção pelos "homens do trabalho" e pelas "massas imensas de desempregados e subempregados". Há de ser testemunhada, como dizem as Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (83-86), "através de nossa efetiva solidariedade na luta solidária dos trabalhadores, em vista do reconhecimento e da promoção de sua dignidade e da dignidade de seu trabalho" (n.º 44 e Laborem Exercens 3 e 18).

Fica assim claro que opção pelos pobres, na grande maioria das vezes, fica sendo opção pelo mundo do trabalho, opção pelos trabalhadores pobres, ou pobres trabalhadores. Mas, e então?

Se analisarmos o Documento de Puebla, veremos que inúmeras vezes os Pastores, na sugestão das pistas concretas de ação, insistem em expressões como estas: "incentive-

se", "promova-se", "apóie-se", "respalde-se", "fortifique-se" a organização dos homens do trabalho, do mundo do trabalho, dos pobres, dos oprimidos e injustiçados. A organização é vista como a melhor forma de comunhão e participação, palavras-chave de Puebla. E são muitas as formas de organização citadas por Puebla: sindicatos (organização das pessoas no mundo do trabalho), "chave essencial de toda a questão social" (Laborem Exercens), nas associações de bairro (organização no local onde as pessoas vivem), nos clubes de mães (organização a partir Ja mulher que sente o peso e o calor do dia e conhece as dificuldades da vida), das cooperativas populares (organização a partir do econômico), dos grêmios estudantis (organização a partir da atividade principal dos jovens), dos partidos políticos (organização em vista da conquista do poder na comunidade). Puebla fala, enfim, da importância de se apoiar e incentivar sempre "toda e qualquer forma de organização."

Penso que se poderia dizer que a caminhada da Igreja na América Latina nos últimos 20 a 25 anos sugere uma pista bastante clara, qualitativamente diferente de antes do Concílio Vaticano II: é a sugestão duma ação pastoral baseada numa caridade organizada em comunidade. Essa caridade, como força que move a Igreja em sua vocação e missão, é obra do Espírito Santo que nos convoca, reúne, fortalece e envia para "evangelizar os pobres, proclamar a remissão dos presos e a recuperação da vista aos cegos, colocar em liberdade os oprimidos e anunciar um ano de graça ao Senhor" (Lc 4,18-19).

Sem deixar de lado as formas tradicionais da caridade, de socorrer o irmão necessitado, de dar de comer a quem tem fome, de visitar o preso, essa caridade se mostra hoje numa faceta nova. O n.º 163 do Texto-Base da Campanha da Fraternidade de 1986 talvez tenha expresso esse novo tipo de caridade duma maneira bastante clara e sintética: "Há momentos em que é necessário socorrer de imediato o irmão necessitado: é a caridade assistencial. Essa caridade se torna mais eficiente, porém, quando se procura promover a pessoa, criando condições para que ela mesma satisfaça às suas necessidades: é a caridade promocional. Mas numa situação como a nossa, onde as estruturas são de pecado, torna-se necessária também, respeitando as exigências da justiça, uma caridade que leve à mudança das estruturas, através da organização dos oprimidos e injustiçados e dos que lhes são solidários: é a caridade libertadora."

Esse tipo de caridade parece realmente responder e sintetizar a caminhada da Igreja na América Latina e no Brasil a partir do Vaticano II, Medellín e Puebla. Responde à necessidade de se superar o pecado social e as estruturas de pecado. Faz isso a partir da opção preferencial pelos pobres (opção pelo mundo do trabalho), propondo-se a dar apoio, incentivo, respaldo, a todas as formas de organização dos oprimidos e injustiçados (fruto das duas relações centrais do sistema em que vivemos: dominação e exploração), e dos que lhe são solidários, isto é,

daqueles que apesar de não estarem sofrendo diretamente as consequências nefastas do sistema, se comprometem e fazem uma opão preferencial em favor dos pobres, através duma pedagogia libertadora, não tomando seu lugar, mas colocandose ao lado, lutando com eles, não para eles, nem sobre eles. Sem deixar de lado os outros dois tipos de caridade (assistencial e promocional), que também são necessários em determinados momentos e não podem ser deixados de lado, a caridade libertadora dá ênfase ao apoio aos movimentos populares de todos os tipos e em todas as circunstâncias para que o povo, organizadamente, lute pela superação das estruturas de pecado, pois uma relação estrutural só poderá ser mudada dentro e através duma ação organizada. O que se quer é que os valores evangélicos impregnem as estruturas dessa nova sociedade.

E o caso de perguntar agora, como os religiosos, no Brasil, estão sentindo e respondendo aos desafios dentro dessa perspectiva.

Não se pode deixar de ver, certamente, que muito dessa caminhada foi aberta e trilhada por religiosos. São muitos os mártires na América Latina e no Brasil que se colocaram nessa perspectiva. São quase incontáveis os que se decidiram por uma opção preferencial e eficaz pelos empobrecidos e injustiçados de nossa sociedade. Devemos louvar por isso, o Espírito que incentiva e impulsiona esses servos fiéis e corajosos.

giosos estão em maior número, percebe-se uma mudança na direção duma caridade libertadora e organizativa. Na Pastoral da Saúde, por exemplo, dos 14.000 religiosos que labutam nesse campo, um grande número, mais de 3.000, traba-Iham numa Pastoral da Saúde organizativa, popular, alternativa, comunitária. Os religiosos do Brasil, sem deixar o trabalho nas instituições hospitalares, cada vez mais estão caminhando em direção à comunidade, ao povo, e junto com ele tentando descobrir novas formas de obviar os difíceis problemas da saúde e da doença. Junto ao povo eles organizam uma medicina comunitária, treinando agentes de saúde que possam atender às primeiras necessidades, e incentivando e promovendo uma medicina alternativa, mais em condições de poder ser usada e assumida pelo povo. Através da motivação para a saúde, eles levam a comunidade a se organizar, a se tornar consciente de seus direitos, e a exigir das autoridades competentes e responsáveis, o atendimento necessário às suas necessidades. Há lugares em que o povo já fiscaliza os próprios hospitais, exigindo que os médicos e agentes de saude realmente cumpram suas obrigações em favor da comunidade. Chega-se assim ao controle da verba pública, dinheiro do próprio povo, cuja aplicação é também fiscalizada pelo povo.

·Como na Pastoral da Saúde, em muitas outras Pastorais vemos os religiosos inseridos na luta com os pequenos, os marginalizados, os ca-Na própria Pastoral da Igreja, rentes, os segregados. Como é lintambém em Pastorais onde os reli- do, apesar de desafiador, o trabalho de religiosas na Pastoral da Mulher Marginalizada, tentando levar uma palavra de esperança e de ânimo a milhões de prostitutas, exploradas pela polícia, pelos senhores e senhoras da sociedade "decente": o apoio à organização das centenas de grupos da Pastoral da Mulher Marginalizada está levando milhares de mulheres a terem um nível de vida mais humano e a poderem aos poucos deixar sua situação de exploração e degradação. É uma Pastoral de fronteira, onde se exige coragem e perseverança.

E assim em muitas outras Pastorais. Poderíamos citar a Pastoral do Menor, onde centenas de religiosos já estão trabalhando. A Pastoral Carcerária, os infernos vivos das prisões, onde estão nossos irmãos mais abandonados e torturados; a Pastoral dos Migrantes, e muitos outros tipos de trabalho em prol do Reino de Deus.

Não deixa de ser sintomático o movimento de muitos religiosos em direção às comunidades inseridas no meio do povo. É um novo sinal de compromisso e vivência ao lado dos pobres e simples. Espera-se que isso não seja apenas uma fuga das grandes comunidades, dos grandes edifícios, mas uma verdadeira opção em direção ao povo. Apesar de sua presença no meio popular já ser eficaz através do testemunho silencioso e orante, não se deveria des-

prezar contudo, o engajamento prudente e libertador junto aos movimentos populares no local onde vivem e trabalham. Dentro duma pedagogia que não seja nem dominadora, nem assistencialista, importante seria que esses religiosos provocassem essas populações à organização, tentassem fazer nascer nelas o sentido de Igreja, de solidariedade e participação na solução de seus problemas.

Se o caminho está iniciado, muito resta porém, a caminhar. Diante dos desafios apresentados, é necessário, na invocação do Espírito que guia e anima, prosseguir na jornada. Temos de reconhecer, com realismo e tristeza, que muitos religiosos, apesar de terem feito voto de pobreza, não se decidiram ainda a assumir as consequências da opção pelos pobres. Essa conversão é dolorosa e exigente. Sem ela poderemos ser fiéis aos milhões de irmãos latino-americanos que esperam nosso compromisso solidário exigido pelo Evangelho?

É urgente que o "novo" que está sendo gestado, venha à luz do dia. As nossas relações no campo, na indústria, na escola, na família, na Igreja, farão florescer a justiça e a fraternidade, onde a autoridade seja realmente serviço, onde haverá morte e paixão, sim, mas como condição de libertação e ressurreição.

## Modo de orar (2)

Centurião: "Senhor, eu não sou digno", Mt 8, 5-15. Certeza da própria pobreza e indignidade. Consciência da própria fragilidade e do próprio limite. Intensidade de confiança.

# PERSPECTIVA PAULINA DA ORAÇÃO CRISTÃ

## Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Rio de Janeiro, RJ

Nos dois artigos precedentes focalizei, primeiro, Damasco, como a experiência fundante da oração de Paulo e, depois, a tríade alegria-oração-gratidão, como elementos fundamentais da pedagogia paulina na educação da fé orante. Deixando outros aspectos não menos ricos, quero aqui pôr em relevo três linhas de força na perspectiva paulina sobre a oração cristã. Segundo Paulo, a oração nos abre para o mistério de Deus e para o mistério do Homem. E ela o faz no contexto teologal da fé, da esperança e do amor. Nas epístolas, estes três planos ou dimensões estão sempre mutuamente envolvidos. Projetam-se na oração cristã, enquanto esta, por sua vez, quer ser expressão de uma fé que se traduz na vida. O Deus de que nos fala Paulo tem sempre relação ao homem. E Paulo não vê o homem sem direta relação a Deus. Esta relação que se explicita na oração é sempre vivida na fé, na esperança e no amor.

## Oração e o "mistério" de Deus.

Para Paulo, a oração se situa no coração do "mistério" e é parte dele. "Mistério" aqui não quer dizer primordialmente o inacessível do

próprio Deus, o que nele é incompreensível ao espírito humano. "Mistério" é, antes, significado por Paulo a partir do homem. É um "mistério" que se pode revelar e anunciar ao homem e o foi, de fato, em e por Jesus Cristo. É o "mistério" escondido desde a origem dos séculos e das gerações e manifestado agora (Col 1,26). Este "mistério" é a comunicação a todos da universalidade da salvação que é sobre os homens a intenção de Deus. Revelado, contudo, este desígnio do Pai nunca será cabalmente entendido pelo homem. A oração — abertura relacional do homem a Deus pela ação do Espírito — é o espaço para a intuição e a acolhida do "mistério" que o Senhor anuncia. Mas, a oração é também marcada pela tensão do imperscrutável que jamais responde à ânsia humana de evidência e clarividência. A fé faz-se assim profissão racional da consciência do limite do homem face ao insondável de Deus. Não há, pois, oração sem fé. Mas tampouco há fé sem dom e, mais, sem abertura ao dom e acolhida dele. Através da fé, a oração comunga no dom, que nela reitera e amplia o acesso ao "mistério", essa percepção sempre mais profunda e nunca terminal do inexplicável e inesgotável amor de Deus pelo homem.

Este "mistério" se cumpre em Cristo e por ele. E este Cristo "está em vós, esperança da glória" (Col 1,27). Paulo se augura, pois, que os que crêem sejam enriquecidos com uma plena convicção da inteligência e conheçam o mistério de Deus, Cristo, no qual estão encerrados todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento (Col 2,2-3).

Mas, a pergunta — quem é Cristo? — se orienta até o fim, em Paulo, muito mais para um buscar contínuo do que para a pretensão de poder oferecer ou encontrar resposta definitiva. Pergunta e procura convivem com certezas e afirmações e com a consciência de que Cristo é sentido e centro de sua vida, da vida do mundo e do desígnio de Deus sobre os homens.

Podemos dizer que Cristo é o tema central de todas as cartas de Paulo, Mas é também o princípio abrangente e fecundo dos múltiplos desenvolvimentos deste mesmo tema. Paulo percebeu que Jesus é o Senhor. É o mediador, no sentido de que por ele passam Deus e o homem, a caminho um do outro, nas duas direções. Ele é também o revelador decisivo de Deus ao homem e do homem a si mesmo. Por aí, Paulo redimensiona sua idéia de Deus e sua relação a Ele. Por aí, também, aprende a apreciar o homem na sua grandeza e na sua miséria, sem ilusões. Cristo é o salvador, o redentor, o libertador, que tudo recapitula e resgata pelo mistério da sua cruz e pela força da sua ressurreição; tudo transforma, reorienta e vi-

vifica, dando ao homem e ao mundo sentidos e horizontes novos. Dizer isto, calando muito mais, é afirmar que Jesus é para Paulo o fulcro mesmo da oração. Até o fim da História, contudo, este Cristo permanece algo em aberto, inacabado e, de fato, plenamente imperscrutável (1 Cor 15,25.26). No caso de Cristo, como antes, no de Deus, a oração é o cenário gratuito de acesso ao "mistério". Ali, na percepção e consciência do dom, o homem se abre a Deus em ação de graças. E, não por acaso, a oração que está no centro do culto cristão é, ela mesma, a própria EUCARISTIA, a ação de graças por excelência. Na sua oração pessoal, como na projeção apostólica que ela tem sobre os outros e sobre ele mesmo, Paulo se encontra, por vocação divina, servidor de Cristo e dispensador dos mistérios de Deus (1 Cor 4,1). Por aí, ele toca o mistério de si mesmo. Realiza-se nele, pois, a experiência que nos deve surpreender a todos. Quem, na oração, se abre a Deus, encontra-se também a si; quem tenta a fundo encontrar-se consigo acaba sempre se abrindo a Deus. Não existe autêntica oração cristã que se feche exclusivamente sobre um destes termos.

Este eixo maior que atravessa as cartas de Paulo é uma chave de verificação de nossa própria oração. Abre-se também ela para o "mistério" de Deus, revelado a nós em Jesus Cristo? Ou tenho a veleidade de contê-la no puro horizonte humano, de algum modo sob o meu contro-le? Existe em minha oração esta profunda experiência de ser salvo e de ser amado gratuitamente por

Deus? Há em mim, como houve em Maria, a mãe de Jesus, espaço para a contemplação e admiração das grandes coisas que o Senhor em mim realizou? Ou pretendo seja cristã uma oração confinada às urgências do intra-terreno imediato, onde a razão esgota e explica tudo, onde a luta se ilude com a utopia de potenciar sem limites a força do homem, ao lado ou apesar do "mistério" de Deus ou, até mesmo, frontalmente contra ele? Uma atitude radicalmente antropocêntrica pode trair em nossa prática de oração um secularismo larvado e inconfessado, pelo qual, de fato, se esvazia em nós o alcance ou até mesmo a acolhida do mistério de Deus.

## Oração e o mistério do homem.

Para Paulo, a oração está sempre ligada ao mistério do homem. Ela é mesmo reveladora deste mistério, porque, a um tempo, nos manifesta, contrapõe e integra a força de Deus e a fraqueza do homem (2 Cor 12,7-10). Realmente, a oração é uma experiência pessoal da bondade e da gratuidade de Deus, feita acessível a nós em Cristo Jesus. Mas, na medida em que põe a nu a verdade do que somos, ela torna tangível nossa fragilidade, a incapacidade de controle, de comando e de justa avaliação de nós mesmos, sobretudo em nossa relação a Deus e ao próximo (Rom 8,26-28).

A conversão de Paulo, que se sobrepõe à retidão mesma de seu serviço ao Deus de seus pais, deu-lhe um profundo sentido do pecado. Foi-lhe uma evidência existencial a traduzir a descontinuidade das rup-

turas internas do projeto Homemno-Mundo. Paulo o expressou nessa página de impacto forte que é Rom 7,13-25. Em sua própria experiência, ele constata, com surpresa, que o seu ardor por Deus, o ideal sagrado de sua própria militância, pode situar-se no espaço do pecado. O texto de Atos 26,9-11 nos dá a dimensão de sua fúria e de seu ódio. Paulo descobre aí a perversão do homem que vive o pecado no coração mesmo de seu serviço a Deus. Não é verdade que o sectarismo, o fanatismo, têm sido ao longo da história o pecado maior e mais aberrante da fidelidade religiosa? Não foi ele que marcou a Inquisição e que irrompe hoje na Irlanda do Norte, no Libano e no Irã? Que limite major pode o homem pretender do que este de ser capaz de desfigurar a presença, a ação e o projeto de um Deus-Amor, que é libertador e não opressor?

O que Paulo constatou em si mesmo, ele vivenciou em todo o seu alcance dramático no contato apostólico com os Coríntios e os Tessalonicenses. O pecado deve ser reconhecido por nós e em nós com realismo e sem surpresa. Ele é parte de nossa verdade humana. Paulo no-lo apresenta como algo que nos atinge fundo. O pecado perturba ou rompe nossa relação pessoal com Deus. Ele nos coloca no desvio em relação à teleologia da vida, quando não nos joga diretamente na contramão da existência humana e cristã. A conversão é a experiência da volta necessária não só ao amor de Deus, mas também ao sentido mesmo de nossa própria vida. Voltar é um ato de liberdade. Mas o Deus

que nos liberta espera por nossa decisão de pôr-nos a caminho. Ele nos inspira e nos respeita. Mas é a acolhida livre de Sua força em nós que nos leva à força de decidir sobre nós. Na certeza, pois, da disposição de Deus a oferecer-nos o dom — "mistério" de Deus que nos foi revelado — é para nós crucial não somente pedir na oração o dom, mas postular também a capacidade de acolhê-lo — pois poder rejeitá-lo é parte do mistério do homem.

Por isso, com os sentimentos constantes de alegria e gratidão, a oração cristã deve revestir sempre o caráter essencial de petição. Pedir traduz a consciência da fragilidade do homem. É o recurso sincero de quem sabe que só por si não pode. E como é parte do mistério de Deus, em sua força, o fato de não suprimir ou cancelar a fraqueza do homem, a oração se faz necessária ao homem para conseguir a reta administração de sua própria fragilidade. Esta oração que pede deve ser também incessante (1 Tes 5,17) e operativa (1 Tes 3,10). Esvazia-se por ela no homem toda pretensão de auto-suficiência e se recapitula a verdade ambivalente de seu mistério de força e de fraqueza. Longe de extrapolar o homem de si mesmo e aliená-lo num sagrado, objetivo e formidável, a oração cristã leva o homem ao encontro consigo e à paz com sua verdade. Longe de fechá-lo em si, a oração cristã leva o homem, consciente de seu limite, a abrir-se a Deus e aos outros. Longe de se negar, o homem descobre na oração cristã a tensão real e o difícil equilíbrio de sua grandeza e de sua miséria.

## Oração trinitária.

Em consequência da bipolaridade pessoal de Deus e do homem na oração, esta é para Paulo uma atitude e um ato relacional. Traduz-se num diálogo interpessoal orientado a um amor, a uma compreensão e mútua interação maior. Aqui se manifesta o papel do Espírito Santo. Ele é quem nos descobre a identidade de Deus e a nossa como Pai e filhos (Rom 8,15-16; Gal 4,6-7). Nossa realidade filial, pela adoção, é central na oração de Paulo. O Espírito é também aquele que nos leva a perceber e conhecer a gratuidade dos dons de Deus (1 Cor 2,12). Por isso, no Espírito, nós dizemos Abba, Papai e sem cessar lhe damos graças.

O principal entre esses dons é a revelação do Pai pelo Filho e a mediação do Filho no nosso acesso ao Pai. Aqui, de novo, é inefável a ação do Espírito na sua intercessão por nós (Rom 8, 26-27). A oração cristã, segundo Paulo, é trinitária na sua orientação e na sua dinâmica interna. Orar é expor-se à ação conjunta do Pai, do Filho e do Espírito. É deixar-se trabalhar pela força do amor de comunhão que os une como um só Deus. É ser por eles associado a esta comunhão, em e por Jesus Cristo, na plena gratuidade daquele que nos ama e se entrega por nós (Gal 2,20).

### Oração teologal

Toda esta dialética de oração é conduzida na fé, no amor e na esperança. Na fé, que nos abre ao mistério de Deus revelado. Cessa, por

aí, a dupla tentação do homem. Primeira, a de criar ou projetar um deus segundo seus interesses. Ao longo da história, a idolatria e a mitologia, de tantos matizes e culturas, foram fórmulas privadas ou institucionais do homem para abrirse à sua necessidade de Deus, fazendo, porém, de si mesmo, homem, a medida básica de seu próprio deus. Segunda, a de centrar-se em si mesmo como em seu próprio fim e norma, na rejeição inconsciente ou consciente do Deus verdadeiro, nem sempre conhecido de modo adequado. Passou por aí o projeto da modernidade, eco longínquo e secularizado dos atenienses que, no Areópago não quiseram ouvir Paulo falar-lhes sobre o Deus desconhecido (At 17,16-19). No amor, que responde ao amor de Deus por nós e se testa e alimenta no nosso amor pelos irmãos. Mas esta fé e este amor são vividos na esperança. Por ela nos damos conta da dimensão frágil e inacabada da realidade de nossa vida e da resposta que damos à bondade de Deus. Por ela, somos impulsionados a uma plenificação definitiva para a qual caminhamos sempre.

## Oração intimista e alienada?

No clima teológico e pastoral de inspiração primordialmente social-sociológica, o que aqui digo pode ser visto como espiritualidade intimista e até mesmo alienada ou alienante. Tal interpretação seria redutora pelo menos sob quatro aspectos.

Primeiro. Ao frisar, assertiva e não exclusivamente, a relação de

amor, interpessoal e profunda, entre Deus e a pessoa humana, não omito — embora não o enfatize aqui por tê-lo feito, com frequência, em outros trabalhos — as consequências que tem esta relação na perspectiva evangélica e paulina sobre a interrelação das pessoas humanas no plano social, como, evidentemente, no econômico-político também. Numa imprescindível articulação cristã de fé e vida, essa relação Deus-Homem não pode ser estéril com respeito ao próximo. Tampouco pode fechar-se ou esgotar-se na orientação ascendente do homem para Deus. De fato, em Jesus Cristo, a evidência primeira e maior é, antes, a da orientação descendente de Deus para o Homem, que se cumpre no mistério da criação, da encarnação e da redenção. Ela traz consigo, porém, a exigência da mediação horizontal e colateral da relação de amor, verdade e justiça, igualdade e solidariedade, comunhão e participação, entre os homens, como condição de reconhecimento pelo próprio Deus da abertura do homem para Ele. Jesus o explicitou de modo inequívoco em Mt 25.

Segundo. Nenhuma prioridade social-sociológica, e/ou econômico-política, poderá subestimar ou esvaziar a centralidade psicológico-ética da afetividade na pessoa humana. É, pois, ilusória e fugaz, a pretensão de polarizar e objetivar de tal modo o homem pela urgência social-sociológica-econômico-política, que se tenda a fazer dela o canal único e eventualmente o sucedâneo da afetividade pessoal de tantos planos e

dimensões. Pelo contrário, a integração madura da afetividade é condição imprescindível para um engajamento sócio-político responsável e duradouro. Convém sublinhar, aliás, que esta é também uma importante dimensão, mas não a única, embora, sem dúvida, essencial à formação de uma afetividade adulta.

Terceiro. A resposta às urgentes necessidades humanas, individuais e coletivas, pessoais e comunitárias, não se pode esgotar no plano imanente, embora nele se caracterizem urgências inadiáveis e transformações imperativas. A tendência, pois, à confinar o plano da oração cristã à libertação do homem e da sociedade, no nível apenas ou sobretudo imanente ou, pelo menos, de relegar tática ou efetivamente a segundo plano o transcendente, implica na negação explícita ou tácita da economia do dom, fundamental na perspectiva da fé cristã. Nenhuma pessoa, sociedade ou cultura, por mais evoluída e plena do ponto de vista humano, pode atingir por si ou outorgar-se o mistério que nos é gratuitamente oferecido na manifestação do Deus de Jesus Cristo a nós e de nossa vocação à comunhão com Ele. Aliás, pode-se também dizer que, até mesmo no plano imanente do próprio homem há uma incapacidade humana de devassar por completo e de exaurir a percepção e a compreensão do mistério do próprio homem.

Quarto. Houve, há e continuará a haver no Cristianismo transformações e até mesmo convulsões históricas de grande porte, que rebatem necessariamente na prática e índole da oração cristã. Mas, em tempo algum, a vida de fé e sua expressão orante podem pretender um desenraizamento do solo cristão dos primórdios. E aí, não cabe privilegiar e menos ainda exclusivizar a tradição sinótica em detrimento das tradição sinótica em detrimento das tradições joânica ou paulina. Todas são importantes e indispensáveis no todo da revelação e da tradição, embora devam ser conhecidas nas ênfases que presidiram à sua inspiração e codificação.

### Conclusão.

A tradição paulina sobre a oração cristã nos leva, pela experiência mesma da oração, à consciência do "mistério" de Deus, como dom, e à consciência do mistério de liberdade do homem face a este dom. Paulo explicita a realidade trinitária do nosso Deus e tece no homem a tríplice resposta teologal. Esta forte tônica ascendente da espiritualidade paulina não só não exclui, como diretamente postula, através da centralidade de Jesus Cristo na teologia paulina, a articulação da oração com a vida diária e concreta dos homens, vida que se processa e desenvolve individual e socialmente, no contexto definível de distintas sociedades e culturas. O conteúdo, pois, da oração procede da vida e a vida é ela mesma expressão dessa oração. Há, porém, uma clara consciência de que o homem não se pode fechar sobre si. Ele se deve abrir para os outros e para Deus e este é o caminho para que ele possa ser ele mesmo.

#### CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL: CRB



#### NACIONAL

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ 1 de junho de 1987

A alma dos vivos é feita, sobretudo, do pensamento dos mortos, deixei escrito em CONVER-GENCIA, abril de 1987, página 129, glosando Gustave Le Bon. Duas metáfrases sobre esta verdade cercada de uma consciência inconsciente.

Harold Nicholson, membro da Câmara dos Comuns no tempo de Churchill, conta, num diário ameno, que, num jantar, em Paris, o protocolo o fez sentar-se ao lado do embaixador chinês. No correr da conversa, o embaixador mencionou este provérbio: "É melhor ser uma peça de jade partida do que uma telha inteira". Nicholson gostou do provérbio e pediu que o repetisse em chinês. O embaixador refletiu e, logo, retificou: "Estou enganado. O provérbio verdadeiro é o oposto: é melhor ser uma telha inteira do que uma jade quebrada".

O mais fundo da sabedoria do passado está, às vezes, na sua intransparência. Suas lições podem ser, amiúde, usadas pelo direito e pelo avesso. Não obstante, seria veleidade sôfrega ignorar o passado em nome de um futuro que pode nada ter com o presente. Na base deste abuso, não está a simpatia ou o culto à modernidade que se opõe ao atraso. Está, fatalmente, o saque do passado, uma relação predatória, sem respeito vivo à tradição. No entanto, se, por um lado, o descaso pelo passado fomenta propostas mal formuladas no que dizem e irresponsáveis nas intenções e transforma em reminiscências nebulosas temas já definidos com limpidez, por outro, nenhuma solução é fidedigna se apenas se molda pela idéia de repetir, copiar ou adaptar o passado.

Quem examina os encadeamentos que unem os homens, suas técnicas para dominar o meio em que vivem e para comunicar-se entre si, a transformação lenta que induzem nos ecossistemas, nas estruturas sociais e nas mentalidades se espanta com a CONTINUIDADE, a interconexão necessária entre o passado e o futuro e o caráter dualista do presente. Este é corolário de uma abordagem pluridisciplinar situada na encruzilhada do que já foi — tesouros acumulados do pensamento humano — e do que será: um constante florescimento. O passado continua o principal pilar do presente até mesmo quando se revela por linhas tortas. O passado nos é contemporâneo. É engrenagem submersa no presente. Donde não se poder instrumentalizá-lo meramente. Pelo contrário, urge devolver-lhe e reavivar sua atualidade latente. Desconhecer que o presente é um processo de dependência relacional, mutável e fluida, entre o passado e o futuro é ficar caminhando em círculos.

Na rua Benjamim Constant, 72, no bairro da Glória, Rio de Janeiro, está a Igreja Positivista do Brasil. O prédio é tombado. **TOMBARAM**, também, prescritas pelo curso dos anos, as certezas, as paixões e a fé que ela abrigou, um dia. No portão que lhe dá acesso, em letras de ferro fundido, se lê: "Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos". Os mortos têm muita força. À medida que vamos dando baixa dos contemporâneos em nossos caderninhos de endereços, mais eles se fazem presentes. Estes são os nossos mortos. Há, porém, ainda, uma legião inumerável de desconhecidos que vêm do fundo da história. Como fugir deles, do que fizeram, do que nos legaram? Mário de Andrade escreveu: "Eu bailo de ignorâncias inventivas. E a minha sabedoria vem de fontes que não sei". Em outras palavras: o eu é sempre plural.

Religioso(a), homem e mulher do seu tempo e, não raro, a ele se antecipando, viva o presente com forte consciência histórica, em busca, portanto, do nexo entre o passado e o futuro com a finalidade de melhor apreender os desafios específicos do momento atual e encontrar para ele a solução mais adequada à luz da fé. Uma opção fundamental que espalha consequências, evita manter a defensiva, administrar fatos consumados, meter-se por pseudoscaminhos. Não deixar morrer nem a lembrança nem a esperança. Este é o caminho para o futuro: empreender e inovar. Fruto apreciável e função benéfica de quem projeta o traçado do presente com a sabedoria do que se foi e os riscos do devir.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade,

subscrevo-me,

atenciosamente

PE MARCOS DE LIMA, SDB

Redator-Responsável Convergência e Publicações CRB